

Análise da Proposta de Orçamento do Estado para 2026

CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS



RELATORIO N° 04/2025
OUTUBRO 2025

WWW.CFP.CV
Avenida da China,
Edifício do Tribunal Constitucional
Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago

FICHA TÉCNICA

CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Avenida da China, Edifício do Tribunal Constitucional, 3.^o Andar
Chã de Areia, Cidade da Praia, Santiago – Cabo Verde

Editor: Conselho das Finanças Públicas

E-mail: info@cfp.cv

Copyright: Conselho das Finanças Públicas

ÍNDICE

APRECIAÇÃO GERAL À POE/2026	6
SUMÁRIO EXECUTIVO	9
1 INTRODUÇÃO	13
2 PREVISÕES MACRO ORÇAMENTAIS SUBJACENTES AO ORÇAMENTO	15
2.1 ECONOMIA INTERNACIONAL	15
2.2 ECONOMIA NACIONAL	16
2.3 COERÊNCIA MACROFISCAL	17
2.4 RISCOS	17
3 ANÁLISE DA POLÍTICA ORÇAMENTAL	19
3.1 INDICADORES ORÇAMENTAIS	19
3.2 OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO	21
3.3 PRESSÃO FISCAL	25
3.4 DINÂMICA DA DÍVIDA PÚBLICA	33
3.5 NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO	41
3.6 RISCOS ORÇAMENTAIS E PASSIVOS CONTINGENTES	44
3.7 SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTAL DE MÉDIO PRAZO	44
4 AFETAÇÃO DOS RECURSOS E O QUADRO DA DESPESA	49
4.1 POR PILAR E POR PROGRAMAS	50
4.2 POR FONTES DE FINANCIAMENTO	51
5 ORÇAMENTO NA PERSPECTIVA DE GÉNERO	53
6 ORÇAMENTO NA PERSPECTIVA CLIMÁTICA	56
ANEXOS	58
ANEXO I: STOCK DE GARANTIAS E AVALES DO ESTADO	58
ANEXO II: <i>BENCHMARKING</i> INTERNACIONAL – ESFORÇO FISCAL PONDERADO PELO PPP	59



O Conselho de Finanças Públicas (CFP) é um órgão consultivo independente, criado pelo artigo 84º da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho. Pela Lei n.º 78/IX/2020, de 23 de março, procedeu-se à regulamentação da sua organização interna, competências, funcionamento e estatutos dos seus respetivos membros.

Em maio de 2023, o CFP iniciou o processo de instalação e funcionamento, de modo a poder cumprir com a missão de proceder à avaliação independente sobre a consistência, cumprimento e sustentabilidade da política orçamental, promovendo a transparência e contribuir para a qualidade da democracia e das decisões de política económica e credibilidade financeira do Estado.

Aprovado na reunião do Conselho das Finanças Públicas, no dia 24 de outubro de 2025

APRECIAÇÃO GERAL À POE/2026¹

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) avalia a Proposta de Orçamento do Estado para 2026 (POE/2026) num contexto global de moderação do crescimento e de persistente incerteza geopolítica, juntamente com desafios internos relacionados com o financiamento do desenvolvimento, a transição energética e as vulnerabilidades climáticas.

A política orçamental segue a trajetória da consolidação gradual das contas públicas e do reforço da sustentabilidade da dívida, estando o quadro global alinhado com os princípios e regras da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho – Lei Bases do Orçamento do Estado e com os compromissos internacionais, nomeadamente com o FMI.

A POE/2026 é, em síntese, coerente com os princípios da responsabilidade e sustentabilidade orçamental, mantendo o equilíbrio entre consolidação fiscal, estabilidade macroeconómica e proteção social, prevendo receitas totais de cerca de 92,7 mil milhões de CVE e despesas de 95,7 mil milhões de CVE.

I. Pontos Fortes e Trajetória Orçamental

- Disciplina Fiscal, Défice Global e Saldo Primário:** A política orçamental cumpre os parâmetros da Lei de Bases do Orçamento do Estado. O Saldo global (défice) deverá melhorar de -1,06 por cento do PIB em 2025 para -0,9 por cento em 2026, enquanto o saldo primário se reforçará de 0,98 por cento para 1,24 por cento do PIB. Este desempenho poderá confirmar a consolidação gradual das contas públicas e a capacidade do Estado para financiar com recursos próprios.
- Sustentabilidade da Dívida Pública:** A dívida pública mantém uma trajetória descendente desde 2023, projetando-se para 97,4 por cento do PIB em 2026. A redução resulta, sobretudo, do efeito dinâmico favorável entre o crescimento nominal e o custo da dívida, refletindo prudência na gestão fiscal. Ainda assim, o rácio mantém-se acima da regra orçamental de 80,0 por cento definida na Lei de Bases, exigindo a continuidade de políticas prudentes e de uma gestão ativa dos riscos de juro e de refinanciamento. Apesar da trajetória descendente da dívida, esta regra orçamental permanece por cumprir.
- Estabilidade da Pressão Fiscal:** A pressão fiscal global deverá manter-se estável em torno de 20 por cento do PIB, refletindo uma base tributária mais ampla e diversificada, com menor dependência do comércio externo. Importa salientar que essa estabilidade não resultará de aumentos nas taxas nominais. A recomposição estrutural das receitas fiscais poderá ser marcada pelo reforço do IVA doméstico e do imposto sobre o rendimento das empresas, contribuindo

¹ Proposta de Orçamento do Estado para 2026

para a consolidação de um sistema fiscal mais equilibrado, resiliente e sustentável.

4. **Prioridade Social e Afetação de Recursos:** A POE/2026 mantém a prioridade nas funções sociais essenciais. Prevê-se que o pilar do Estado Social absorva cerca de dois terços da despesa total, com reforço, sobretudo, das dotações para a educação, a saúde e a proteção social, consolidando o investimento no desenvolvimento do capital humano e na promoção da coesão social.
5. **Avanços Institucionais em Género e Clima:** A introdução do orçamento sensível ao clima e dos marcadores de género representa um avanço institucional relevante. Prevê-se que cerca de 76,0 por cento dos projetos integrem a dimensão de género, enquanto 3,3 mil milhões de CVE são destinados a programas de mitigação e adaptação climática, reforçando a coerência entre a política fiscal e a sustentabilidade ambiental. Assim, o Orçamento com perspetiva de género na POE/2026 cumpre os princípios orçamentais.

II. Riscos e Recomendações

Apesar dos progressos previstos na POE/2026, o CFP salienta que persistem riscos orçamentais, os quais continuam a exigir o reforço de uma gestão prudente, bem como a implementação de reformas estruturais e consistentes:

1. **Riscos nas Empresas Públicas e Passivos Contingentes:** O stock de garantias do Estado, equivalente a cerca de 9,0 por cento do PIB, permanece concentrado sobretudo em empresas financeiramente deficitárias, configurando o principal risco contingente explícito. O CFP considera essencial reforçar a monitorização e a transparência sobre estas obrigações, integrando-as na avaliação da dívida pública;
2. **Pressões na Despesa Corrente e Rígidez Estrutural:** A redução do défice global decorre mais do crescimento nominal do PIB do que da adoção de novas medidas de consolidação orçamental. A despesa com pessoal deverá atingir 12,9 por cento do PIB em 2026, face a 2025. Em dois anos seguidos, as despesas com pessoal poderão registar um crescimento acumulado próximo de 38,0 por cento, valor muito superior à evolução da riqueza nacional (PIB) ou mesmo das receitas. Outrossim, apesar do crescimento da despesa com pessoal entre 2024 e 2025 ter sido de 24,5 por cento, o saldo corrente global aumentou de 0,88 por cento para 3,14 por cento nesse período. Para 2026, prevê-se que o referido saldo diminua para 1,70 por cento do PIB, comprimindo a margem orçamental e reduzindo o espaço disponível em caso de choques adversos. Quanto ao peso da Massa Salarial no PIB, a despesa com pessoal deverá aumentar de 9,6 por cento em 2025 para 10,1 por cento em 2026, mantendo-se igualmente como uma pressão estrutural que restringe a margem de manobra orçamental. O CFP alerta para a necessidade de reforçar o controlo do crescimento da despesa

primária e, simultaneamente, acelerar a implementação de medidas de eficiência administrativa;

3. **Redução do Investimento Público (Despesa de Capital):** A despesa de capital deverá diminuir 23,2 por cento, passando a representar cerca de 3,1 por cento do PIB em 2026. Embora este ajustamento possa contribuir para a consolidação fiscal, poderá comprometer o potencial de crescimento futuro e a execução de projetos estruturantes. O CFP recomenda que a consolidação preserve espaço para o investimento produtivo e para os projetos com retorno económico e social;
4. **Crescimento das Despesas Correntes Superior ao das Receitas:** O ritmo de aumento das despesas correntes supera o das receitas, o que poderá dificultar a manutenção de saldo corrente positivo num contexto de abrandamento económico. Na prática, o Executivo terá de arrecadar receitas adicionais no futuro para financiar o crescimento dessas despesas. O CFP recomenda reforçar o controlo da despesa e priorizar a qualidade e a eficiência das políticas públicas, de forma a assegurar a sustentabilidade fiscal e a eficácia das intervenções do Estado;
5. **Transferências Orçamentais e Sustentabilidade Local:** Prevê-se que o crescimento relativo das transferências municipais (25,19 por cento) supere o das transferências globais (15,9 por cento) e ocorra a um ritmo superior ao do crescimento das receitas ou do PIB. Esta situação, embora positiva para a coesão territorial, amplia as obrigações permanentes do Estado e poderá gerar pressões orçamentais adicionais. O CFP realça a importância de associar a descentralização a mecanismos de responsabilização, à eficiência na gestão financeira municipal e a uma maior coordenação intergovernamental, de modo a assegurar a sustentabilidade fiscal e a equidade distributiva.

O CFP considera que a POE/2026 mantém uma trajetória fiscal prudente e coerente com os princípios da estabilidade e da sustentabilidade. Contudo, a rigidez da despesa corrente, a redução do investimento público e os riscos associados às empresas públicas e à vulnerabilidade climática reforçam a necessidade de uma gestão prudente, da continuação das reformas estruturais e de uma maior eficiência na despesa para assegurar a sustentabilidade orçamental de médio prazo.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A POE/2026 é apresentada num contexto de moderação do crescimento global, de incerteza geopolítica e de desafios internos associados ao financiamento do desenvolvimento, à transição energética e às vulnerabilidades climáticas. A economia cabo-verdiana tem mostrado resiliência desde o choque pandémico, apoiada na retoma do turismo, no investimento público e na recuperação gradual do consumo privado. O Governo projeta um crescimento real do PIB de 6,0 por cento para 2026, acompanhado de uma inflação moderada de 1,6 por cento, um défice orçamental de 0,9 por cento do PIB e uma redução do rácio da dívida pública para 97,4 por cento do PIB. Estas projeções assentam em pressupostos de estabilidade macroeconómica, manutenção de fluxos de financiamento concessionais e continuidade das reformas estruturais em curso.

O CFP considera o cenário macroeconómico subjacente à POE/2026 como globalmente coerente e prudente, refletindo uma política orçamental orientada para a consolidação gradual das contas públicas e o reforço da sustentabilidade da dívida. O saldo global deverá melhorar de -1,06 por cento do PIB em 2025 para -0,9 por cento em 2026, enquanto o saldo primário se manterá positivo, reforçando a capacidade do Estado de cobrir o serviço da dívida sem recorrer a novo endividamento. A redução do défice decorre, sobretudo, da estabilização das despesas e do efeito do crescimento nominal do PIB, mais do que da adoção de novas medidas de consolidação orçamental. O saldo corrente global, ainda positivo, diminuirá devido ao aumento das despesas com pessoal e benefícios sociais, refletindo as atualizações salariais e o reforço de programas sociais. Em termos globais, os saldos orçamentais revelam uma gestão prudente e compatível com o princípio da disciplina fiscal previsto na Lei de Bases do Orçamento do Estado.

A evolução das operações financeiras do Estado confirma a transição de uma fase expansionista, observada em 2025, para uma de consolidação controlada em 2026. As receitas totais ascendem a 92,7 mil milhões de escudos (+1,2 por cento), enquanto as despesas totalizam 95,7 mil milhões (+0,8 por cento), refletindo a contenção da despesa corrente e a redução significativa da despesa de capital (-23,2 por cento). Em percentagem do PIB, as receitas deverão diminuir de 30,2 por cento para 28,4 por cento e as despesas de 31,3 por cento para 29,3 por cento, o que traduz um ajustamento fiscal gradual e coerente com o objetivo de sustentabilidade orçamental. As receitas fiscais mantêm-se como principal fonte de financiamento (20,1 por cento do PIB), impulsionadas pelos impostos sobre o consumo interno e o rendimento empresarial, num contexto de crescimento moderado da economia e da base tributável.

A pressão fiscal global estabiliza em torno de 20,0 por cento do PIB, consolidando um novo patamar sustentado por uma base tributária mais ampla, diversificada e menos dependente do IVA sobre as importações de bens. A recomposição estrutural da receita fiscal, marcada pelo aumento do peso do IVA doméstico e do imposto sobre o rendimento das empresas, reflete uma maior maturidade e eficiência do sistema tributário. A carga

fiscal sobre o trabalho e o tax wedge mantém-se estáveis, confirmado que o ajustamento orçamental resulta do alargamento da base contributiva e não do aumento das taxas. Em termos comparativos, Cabo Verde apresenta um esforço fiscal equilibrado, próximo da média internacional, indicando um espaço limitado para aumentos adicionais de tributação sem comprometer a competitividade nem o rendimento das famílias.

A dívida pública mantém trajetória descendente desde 2023 e deverá recuar para 97,4 por cento do PIB em 2026, aproximando-se gradualmente dos limites prudenciais definidos na Lei de Bases do Orçamento do Estado. A redução é explicada, sobretudo, pelo efeito dinâmico favorável entre o crescimento nominal e o custo da dívida, aliado à manutenção de saldos primários positivos. O serviço da dívida, embora cresça em termos nominais, mantém-se estável em torno de 2,1 por cento do PIB, confirmando a sustentabilidade do endividamento no médio prazo. Ainda assim, o peso da dívida continua elevado e requer vigilância sobre a evolução das taxas de juro, do câmbio e do desempenho financeiro das empresas públicas beneficiárias de garantias e retrocessões de empréstimos. O stock de garantias do Estado, que representa cerca de 9,0 por cento do PIB, permanece concentrado principalmente em empresas financeiramente deficitárias, constituindo um risco fiscal relevante.

As necessidades de financiamento do Estado, projetadas em 2,9 mil milhões de escudos (0,9 por cento do PIB), serão cobertas maioritariamente por recursos internos, reduzindo a dependência de financiamento externo e contribuindo para o reforço da autonomia orçamental. A política de endividamento mantém-se prudente, privilegiando empréstimos concessionais e emissões internas de médio e longo prazos. A sustentabilidade orçamental de médio prazo mantém-se assegurada pela combinação de crescimento nominal robusto, saldos primários positivos e estratégia de financiamento controlada, com projeções que apontam para um rácio dívida/PIB inferior a 90 por cento em 2027. Este cenário, contudo, depende da manutenção de um crescimento económico consistente, de uma execução rigorosa e de uma gestão ativa dos riscos orçamentais e climáticos.

Em matéria de afetação de recursos, o Orçamento previsto para 2026 privilegia as funções sociais essenciais, mantendo a prioridade nas áreas de educação, saúde, proteção social e habitação. O pilar “Estado Social” absorve cerca de dois terços da despesa total, o que poderá refletir o compromisso do Governo com a inclusão e o desenvolvimento do capital humano. Verifica-se uma diminuição do investimento em infraestruturas e digitalização, coerente com a conclusão de projetos plurianuais e com a transição para uma fase de consolidação fiscal. O financiamento externo recua após o pico de 2025, reduzindo a dependência de donativos e empréstimos, e reforçando o recurso a fontes internas estáveis.

A POE/2026 reforça ainda a integração das dimensões de género e climática na programação orçamental. Cerca de 76,0 por cento dos projetos incorporam a perspetiva de género. Esta integração demonstra o compromisso com a igualdade e a

transparência na gestão dos recursos públicos, mas evidencia a necessidade de aprofundar a transversalidade de género nas políticas orçamentais. No plano ambiental, a introdução de marcadores climáticos e de um anexo específico sobre despesa climática representa um avanço institucional significativo. O volume total de despesas com relevância climática ascende a 3,3 mil milhões de escudos, distribuídos por programas de mitigação, adaptação e resiliência, reforçando a coerência entre política fiscal e sustentabilidade ambiental.

Em síntese, a análise do CFP conclui que a Proposta de Orçamento do Estado para 2026 é coerente com os princípios da responsabilidade e sustentabilidade orçamental, mantendo o equilíbrio entre a consolidação fiscal, a estabilidade macroeconómica e a proteção social. A trajetória de redução da dívida, a estabilidade dos saldos primários e a prudência na execução da despesa confirmam um enquadramento orçamental globalmente sólido. Todavia, subsistem riscos associados às empresas públicas, às pressões salariais e à vulnerabilidade climática, que exigem uma gestão prudente e vigilância permanente. O CFP continuará a acompanhar a execução orçamental e a evolução das finanças públicas, com o objetivo de reforçar a transparência, a credibilidade e a sustentabilidade da política fiscal em Cabo Verde.



1 INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho – Lei que estabelece as Bases do Orçamento do Estado e, particularmente, da Lei nº78/IX/2020, de 23 de março (Estatutos do CFP), compete ao Conselho, designadamente, avaliar o cumprimento das regras orçamentais estabelecidas e analisar a consistência das projeções orçamentais com os cenários macroeconómicos adotados pelo Governo. É nesse enquadramento que o CFP apresenta este Relatório de Análise da Proposta de Orçamento do Estado para 2026 (POE/2026), elaborado em conformidade com a alínea b) do artigo 7.º dos seus Estatutos.

O relatório é precedido pelo Parecer n.º 2/2025 do CFP sobre as previsões macroeconómicas subjacentes à Proposta do Orçamento do Estado para 2026, elaborado ao abrigo da alínea a) do artigo 7.º dos Estatutos e aprovado pelo Conselho, divulgado em outubro de 2025. A análise baseia-se na informação constante na Proposta de Orçamento do Estado para 2026 (POE/2026), apresentada à Assembleia Nacional a 1 de outubro de 2025, bem como em elementos adicionais remetidos ao CFP pelo Ministério das Finanças (MF).

Conforme dispõe a alínea h) do artigo 3.º da Lei de Bases do Orçamento do Estado, o Orçamento é o principal instrumento de planeamento e gestão financeira de curto prazo, estruturado segundo a metodologia do orçamento-programa, que vincula as receitas e despesas do Estado ao conjunto de programas, projetos e atividades das entidades públicas. Segundo o artigo 34.º desta mesma lei, o Orçamento deve ser apresentado com base em informação completa e coerente, incluindo o relatório justificativo da proposta, os anexos informativos e as demonstrações orçamentais e financeiras. Na referida lei, as regras orçamentais têm como objetivo ancorar as expectativas dos agentes económicos quanto à orientação da política fiscal, contribuindo para a estabilização macroeconómica e a sustentabilidade das finanças públicas. Estas regras podem assumir tipologias distintas, consoante o indicador orçamental que condicionam, nomeadamente o saldo orçamental, a dívida, a despesa e a receita.

A metodologia baseou-se numa abordagem integrada, combinando a exploração documental, o tratamento técnico de dados e a interação institucional. Foram examinados a POE/2026 e os seus anexos, avaliando o cumprimento das regras orçamentais e a política subjacente. Contou-se ainda com informações e esclarecimentos adicionais fornecidos pelo Ministério das Finanças, nomeadamente da Direção Nacional do Orçamento e Contabilidade Pública (DNOCP) e da Direção-Geral do Tesouro (DGT), cuja colaboração se reconhece e agradece. Por fim, calculou-se os indicadores e rácios orçamentais para aferir a consistência interna da POE/2026, a sustentabilidade das despesas e a comparabilidade com os exercícios anteriores.

O relatório está estruturado nos seguintes capítulos, antecedidos por uma apreciação geral à POE/2026 e por um sumário executivo: o Capítulo 1 apresenta o enquadramento geral; o Capítulo 2 aborda as previsões macro-orçamentais subjacentes ao orçamento; o Capítulo 3 analisa a política orçamental, examinando os indicadores orçamentais, as

operações financeiras do Estado, a pressão fiscal, a dívida pública, as necessidades de financiamento e a sustentabilidade orçamental de médio prazo; o Capítulo 4 examina a afetação dos recursos e do quadro da despesa, enquanto o Capítulo 5 aborda o orçamento na perspetiva do género, e o Capítulo 6 é dedicado à integração climática no orçamento.

2 PREVISÕES MACRO ORÇAMENTAIS SUBJACENTES AO ORÇAMENTO

2.1 ECONOMIA INTERNACIONAL

O cenário macroeconómico global para 2026 prevê-se marcado por elevada incerteza geopolítica, tensões comerciais persistentes, impactos das alterações climáticas e potenciais realinhamentos estratégicos que poderão influenciar fluxos de investimento, cadeias de abastecimento e políticas monetárias internacionais. Este contexto exige uma gestão orçamental prudente e preventiva para mitigar os riscos.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), no seu Outlook de abril de 2025 (com *update* de julho), projeta um crescimento mundial moderado e uma inflação em desaceleração.

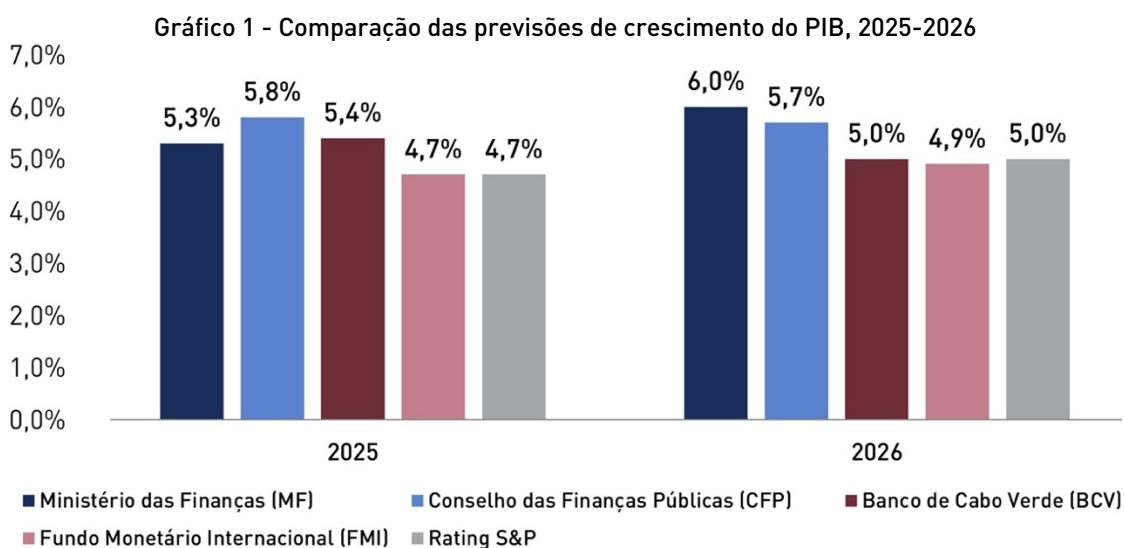
As principais previsões do FMI para 2026 incluem:

- PIB mundial projetado em 3,1 por cento, ainda abaixo da média pré-pandemia (3,7 por cento).
- Inflação global deve desacelerar para 3,6 por cento.
- Economias avançadas preveem um crescimento em torno de 1,6 por cento, com a Zona Euro a cerca de 1,2 por cento e os EUA a 2,0 por cento.
- A normalização gradual das políticas monetárias nas economias avançadas e a eventual redução das taxas de juro devem influenciar o custo do financiamento externo.

O cenário base das perspetivas é de uma resiliência frágil, com crescimento sustentado por comércio antecipado e políticas fiscais expansionistas, mas sujeito a retrocessos quando esse efeito se dissipar.

2.2 ECONOMIA NACIONAL

A economia nacional tem demonstrado resiliência desde o choque de 2020, registando crescimento do PIB, redução do desemprego e da incidência da pobreza e uma trajetória de consolidação das finanças públicas. No entanto, continua a ser uma pequena economia aberta e dependente do exterior. O gráfico 1 ilustra as previsões de crescimento do PIB de diferentes instituições.



Fonte: MF (jun/2024 e set/2025). BCV (abr/2024 e abr/2025). FMI (jul/2024 e jul/2025). S&P (ago/2024 e ago/2025). CFP (set/2024 e out/2025). Elaborado pelo CFP.

A POE/2026, apresentada pelo Ministério das Finanças (MF), prevê que:

- O Produto Interno Bruto (PIB) real crescerá 6,0 por cento, impulsionado principalmente pelo consumo privado e pelo dinamismo do turismo;
- A inflação será de 1,6 por cento;
- O défice público situar-se em 0,9 por cento do PIB;
- A dívida pública continuará a sua tendência decrescente, atingindo 97,4 por cento do PIB;
- A despesa com Pessoal aumentará cerca de 12,9 por cento.

Por outro lado, o Banco de Cabo Verde (BCV) projeta que o crédito à economia cresça 5,4 por cento em 2026.

2.2.1 Setor externo e balança de pagamentos

A economia nacional continua sendo fortemente dependente do exterior, tanto na esfera real (exportações de serviços e remessas da diáspora) como na esfera monetária e financeira. As exportações de bens são limitadas, e o défice comercial permanece estruturalmente negativo.

Não obstante, o setor externo, segundo o MF, continuará superavitário:

- A conta corrente deverá registar um saldo negativo de 2,4 por cento em 2026;
- O turismo é o motor de crescimento (crescerá 13,9 por cento) embora permaneça vulnerável a choques externos e seja caracterizado por níveis reduzidos de produtividade e baixa capacidade inovadora;
- As reservas externas geridas pelo BCV deverão garantir, pelo menos, seis meses de importações programadas.

2.3 COERÊNCIA MACROFISCAL

Apesar dos riscos, o CFP considera o cenário macroeconómico subjacente à POE/2026 como provável, realista e alcançável e, por isso, endossou as previsões macroeconómicas apresentadas:

- **Coerência das Previsões:** O CFP considera as previsões coerentes e prudentes;
- **Alinhamento com Compromissos:** O quadro global macroeconómico está alinhado com os compromissos nacionais e internacionais, especialmente os assumidos com o FMI no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) e do Instrumento de Resiliência e Sustentabilidade (RSF). Este suporte é essencial para o fortalecimento da gestão das finanças públicas e a sustentabilidade orçamental;
- **Riscos e salvaguardas:** A materialização de riscos externos (tarifas alfandegárias, energia, clima) exige política fiscal prudente, reformas no Setor Empresarial do Estado (SEE) e agenda de diversificação para sustentar o crescimento e mitigar choques;
- **Âncoras:** Trajetória descendente da dívida, défice em melhoria e projeções de inflação compatíveis com a dinâmica da atividade e com a manutenção de reservas externas confortáveis.

2.4 RISCOS

Os riscos para as perspetivas globais permanecem inclinados para o lado negativo. Os riscos identificados abrangem as esferas geopolítica, financeira e nacional:

- **Riscos Geopolíticos e Comerciais (Internacionais):** A incerteza geopolítica persiste. As tensões comerciais continuam elevadas, com a possibilidade de novas tarifas setoriais (como eletrónica) pelos EUA, podendo desorganizar as cadeias de abastecimento. Conflitos regionais (Ucrânia) são potenciais choques de oferta que podem afetar os preços da energia e reacender a inflação;

- **Riscos Financeiros e Fiscais:** O défice fiscal elevado em países como EUA e Brasil pode aumentar prémios de risco e a volatilidade financeira, uma realidade já observada na França. Maiores défices fiscais ou aumento da aversão ao risco podem elevar as taxas de juro de longo prazo;
- **Riscos Macroeconómicos (Nacionais):** O quadro macroeconómico nacional está sujeito a riscos descendentes. Choques exógenos, como eventos geopolíticos e climáticos, podem abrandar a atividade turística e as remessas de imigrantes;
- **Riscos Orçamentais Específicos:** A sustentabilidade da dívida pública continua a ser um foco, apesar da trajetória descendente. Os riscos fiscais no SEE continuam elevados, exigindo reformas. A vulnerabilidade de Cabo Verde a alterações climáticas e catástrofes naturais (secas e inundações) é uma prioridade.

3 ANÁLISE DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

3.1 INDICADORES ORÇAMENTAIS

A política orçamental rege-se pelos princípios de estabilidade e sustentabilidade definidos na Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho, a qual estabelece limites ao défice e orienta a gestão das finanças públicas para situações de equilíbrio ou de excedente primário no médio prazo².

A POE/2026 mantém a trajetória de consolidação orçamental, prevendo uma redução gradual do défice global, que passará de 1,06 por cento do PIB em 2025 (cerca de -3.214 milhões de CVE) para 0,90 por cento em 2026 (aproximadamente -2.933 milhões de CVE). Esta evolução, apresentada na tabela 1, traduzirá uma melhoria moderada de cerca de 281 milhões de CVE, explicada sobretudo pelo crescimento do PIB nominal, pela estabilização da despesa pública e pela redução do investimento público mais do que por novas medidas de consolidação orçamental. Tal ajustamento será consistente com o princípio da disciplina orçamental³ e com os limites definidos pela Lei de Bases do Orçamento do Estado. Porém, a redução da despesa de capital em 2026, embora contribua para o esforço de consolidação, exige uma análise detalhada da sua composição e dos seus impactos macrofiscais. O ajustamento fiscal deve preservar o investimento produtivo e estrutural de elevado retorno económico e social, sob pena de reduzir o potencial de crescimento, comprometer a sustentabilidade da dívida e enfraquecer a equidade intergeracional.

O saldo primário global manter-se-á positivo e reforçar-se-á de 0,98 por cento do PIB em 2025 para 1,24 por cento em 2026, resultando essencialmente da contenção da despesa com o investimento público, que registará uma redução de 27,2 por cento (cerca de 3.809 milhões de CVE) face ao Orçamento Reprogramado (Rep.) de 2025, e da estabilidade das receitas correntes, que deverão manter-se praticamente inalteradas em termos nominais. Esta evolução revelará que a margem orçamental para o pagamento do serviço da dívida será assegurada sem recurso a medidas extraordinárias, refletindo uma gestão prudente da execução da despesa.

Por sua vez, o saldo corrente global, embora continue positivo, reduzir-se-á de 3,14 por cento para 1,70 por cento do PIB, refletindo a normalização das transferências correntes

² Nota: Nos termos da Lei de Bases do Orçamento do Estado (Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho), a política orçamental deve respeitar limites quantitativos e princípios de estabilidade orçamental e sustentabilidade fiscal, designadamente:

- (i) o défice do Orçamento do Estado financiado por recursos internos não pode ultrapassar 3,0% do PIB a preços de mercado (artigo 14.º, n.º 1);
- (ii) o saldo corrente global e o saldo primário devem ser nulos ou positivos nos médio e longo prazos (artigo 9.º, n.os 3 e 4); e
- (iii) a política orçamental deve procurar situações de equilíbrio ou de excedente primário, assegurando a sustentabilidade da dívida pública (artigo 8.º).

A POE/2026 cumprirá integralmente estes parâmetros, apresentando um défice global de 0,90 por cento do PIB, saldos primário e corrente positivos e uma trajetória de redução do rácio da dívida pública, que se situará abaixo de 100 por cento do PIB em 2026.

³ Conjunto de regras e procedimentos que tem como objetivo assegurar a sustentabilidade das finanças públicas. A disciplina orçamental é regulada pelo Decreto-lei n.º 1/2024, de 2 de janeiro, que define as normas e os procedimentos necessários à execução do Orçamento do Estado. (CFP-CV: Glossário dos Termos das Finanças Públicas, 2024).

e o aumento das despesas com pessoal (+12,9 por cento) e dos benefícios sociais (+2,8 por cento), no contexto da valorização salarial e da execução de programas sociais. Em termos nominais, este saldo ascenderá a 6.101 milhões de CVE em 2026, face aos 9.507 milhões de CVE registados em 2025, confirmando o impacto orçamental das políticas de reforço do Estado Social.

Tabela 1: Indicadores Orçamentais

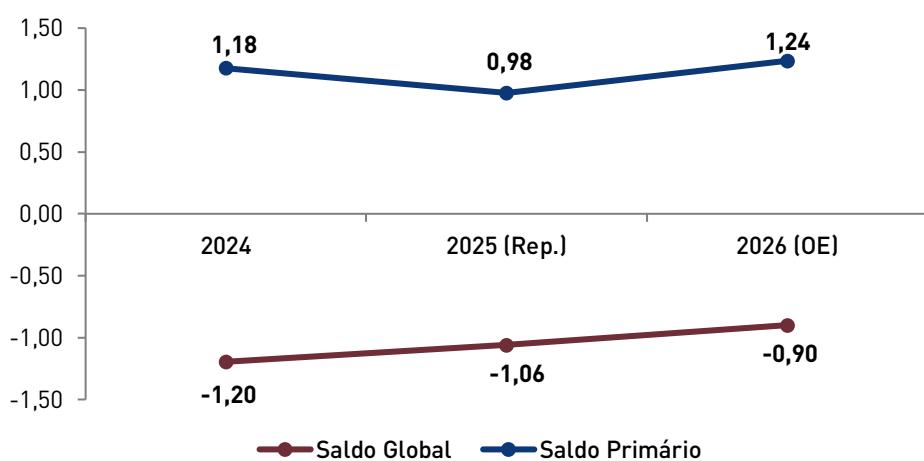
	Em percentagem do PIB			Variação (p.p. PIB)		Em milhões de CVE			Variação, em percentagem	
	2024	2025 (Rep.)	2026 (POE)	2024-2025 (Rep.)	2025-2026 (POE)	2024	2024-2025 (Rep.)	2025-2026 (POE)	2024-2025 (Rep.)	2025-2026 (POE)
Saldo Global	-1,20	-1,06	-0,90	0,14	0,16	-3 321	-3 214	-2 933	-3,20%	-8,75%
Saldo Corrente Global	0,88	3,14	1,70	2,26	-1,44	2 435	9 507	6 101	290,47%	-35,83%
Saldo Primário	1,18	0,98	1,24	-0,20	0,26	3 268	2 960	4 031	-9,41%	36,18%
Saldo Primário Corrente	3,25	5,17	3,84	1,92	-1,34	9 023	15 682	13 065	73,79%	-16,69%
Interno líquido	1,13	1,55	1,77	0,43	0,22	3 125	4 713	5 786	50,80%	22,76%
Externo líquido	0,46	0,62	-0,43	0,17	-1,05	1 265	1 885	-1 387	49,00%	-173,60%

Fonte: MTFF. Ministério das Finanças. POE/2026. Cálculos do CFP.

Em matéria de financiamento, a POE/2026 projeta que os recursos internos representarão 1,77 por cento do PIB, enquanto o financiamento externo líquido se tornará negativo (-0,43 por cento do PIB), traduzindo uma posição de amortização líquida da dívida externa. Este comportamento indicará uma estratégia de endividamento mais equilibrada e uma menor dependência de financiamento externo.

A diferença média entre o saldo global e o saldo primário situa-se efetivamente entre 2,0 e 2,2 pontos percentuais do PIB, o que corresponde aos juros correntes, que se mantêm estáveis entre 6,2 e 7,0 mil milhões de CVE. Assim, o gráfico 2 mostra uma convergência gradual entre ambas as curvas, refletindo que a consolidação orçamental começa a ser sentida também no saldo global.

Gráfico 2 - Saldo Global vs. Saldo Primário (em percentagem do PIB)



Fonte: MTFF. Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

Em termos nominais, a redução do défice global corresponderá a uma melhoria de cerca de 281 milhões de CVE entre 2025 e 2026, num contexto de crescimento do PIB nominal. Assim, a diminuição do défice em percentagem do PIB resultará do efeito combinado do crescimento económico e da estabilidade da despesa total, confirmando um ajustamento orçamental gradual e equilibrado, ancorado na expansão da base económica e na execução prudente da despesa pública.

No conjunto, os indicadores da POE/2026 revelam uma trajetória orçamental prudente e sustentável, que se caracterizará por saldos primários positivos, défices contidos dentro dos limites legais e reforço da estabilidade macrofiscal. Contudo, a manutenção deste percurso exigirá vigilância contínua sobre o comportamento das receitas fiscais, as pressões salariais e os riscos orçamentais associados à dívida pública e às empresas do Setor Empresarial do Estado, num contexto de incerteza internacional e de vulnerabilidades climáticas crescentes.

3.2 OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO

A evolução das operações financeiras do Estado em 2026 indicará a trajetória de consolidação orçamental gradual identificada no ponto anterior. Após o ciclo de forte expansão registado em 2025, marcado pela execução de projetos de investimento e pela mobilização excepcional de receitas, a POE/2026 refletirá uma reorientação gradual para uma consolidação prudente, em linha com os objetivos definidos.

Em termos absolutos, as receitas totais estão projetadas em 92.742 milhões de CVE na POE/2026, o que corresponde a um aumento de 1.067 milhões de CVE (+1,2 por cento) face ao montante revisto de 2025 (91.674 milhões de CVE). Este acréscimo modesto sucederá ao crescimento excepcional de 32,0 por cento registado em 2025.

Por sua vez, as despesas totais ascenderão a 95.675 milhões de CVE, representando uma variação positiva de 786 milhões de CVE (+0,8 por cento) face a 2025 (94.889 milhões de CVE), resultado da moderação das despesas correntes (+5,0 por cento) e da redução significativa da despesa de capital (-23,2 por cento).

Tabela 2: Operações Financeiras do Estado, em milhões de CVE

	2024			Variação, em CVE		Variação, em por cento	
		2025 (Rep.)	2026 (POE)	2024-2025 (Rep.)	2025-2026 (POE)	2024-2025 (Rep.)	2025-2026 (POE)
Receitas Totais	69 448	91 674	92 742	22 226	1 067	32,0%	1,2%
Receitas correntes	68 393	90 387	91 019	21 994	632	32,2%	0,7%
Receitas fiscais - Impostos	55 852	62 640	65 701	6 788	3 061	12,2%	4,9%
Donativos	3 367	5 176	5 303	1 809	127	53,7%	2,5%
Outras Receitas	9 174	22 571	20 015	13 397	-2 556	146,0%	-11,3%
Receitas de Capital	1 055	1 287	1 723	232	436	22,0%	33,8%
Transferências	957	816	492	-141	-324	-14,7%	-39,7%
Venda de activos não financeiros	99	471	1 231	373	760	377,6%	161,2%
Despesas Totais	72 769	94 889	95 675	22 120	786	30,4%	0,8%
Despesas correntes	65 958	80 880	84 918	14 922	4 038	22,6%	5,0%
Despesas com pessoal	23 431	29 177	32 936	5 747	3 759	24,5%	12,9%
Aquisição de Bens e Serviços	13 411	19 117	17 621	5 706	-1 496	42,5%	-7,8%
Juros da dívida	6 588	6 175	6 964	-414	790	-6,3%	12,8%
Subsídios	2 049	2 073	1 922	24	-151	1,2%	-7,3%
Transferências	7 105	8 035	9 311	929	1 276	13,1%	15,9%
Benefícios Sociais	10 713	11 199	11 516	487	316	4,5%	2,8%
Outras despesas	2 661	5 105	4 648	2 444	-457	91,8%	-8,9%
Despesas de Capital	6 811	14 009	10 757	7 198	-3 252	105,7%	-23,2%
Transferências	0	0	557	0	557		
Compra de activos não Financeiros	6 811	14 009	10 200	7 198	-3 809	105,7%	-27,2%

Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Cálculos do CFP.

A leitura da tabela 2 evidencia o crescimento assimétrico entre as receitas e despesas: enquanto o crescimento das receitas em 2025 foi impulsionado por fatores pontuais (*one-off*), nomeadamente receitas não fiscais e donativos extraordinários, o exercício de 2026 poderá marcar o início de uma fase de ajustamento controlado, com enfoque na sustentabilidade das contas públicas. Do lado da despesa, verifica-se igualmente uma expansão expressiva em 2025 (+30,4 por cento), refletindo sobretudo o aumento das despesas com pessoal e dos investimentos públicos, antes de uma moderação projetada para 2026 (+0,8 por cento), coerente com o objetivo de consolidação orçamental e de contenção do crescimento da despesa corrente.

Em termos relativos ao PIB, as receitas deverão diminuir de 30,2 por cento em 2025 para 28,4 por cento em 2026 (-1,8 p.p. do PIB), enquanto as despesas reduzir-se-ão de 31,3 por cento para 29,3 por cento (-2,0 p.p. do PIB), conforme ilustrado na tabela 3. Esta evolução conjunta traduzirá uma melhoria do saldo global em 0,2 pontos percentuais do PIB, em conformidade com o objetivo de consolidação orçamental previsto na Lei de Bases do Orçamento do Estado e com a estratégia de sustentabilidade de médio prazo apresentada no ponto 3.1.

Tabela 3: Operações financeiras do Estado, em percentagem do PIB

	2024	Variação (p.p. PIB)			
		2025 (Rep.)	2026 (POE)	2024-2025	2025-2026
Receitas Totais	25,0%	30,2%	28,4%	5,3%	-1,8%
Receitas correntes	24,6%	29,8%	27,9%	5,2%	-1,9%
Receitas fiscais - Impostos	20,1%	20,7%	20,1%	0,5%	-0,5%
Donativos	1,2%	1,7%	1,6%	0,5%	-0,1%
Outras Receitas	3,3%	7,4%	6,1%	4,1%	-1,3%
Venda de ativos não financeiros	0,0%	0,2%	0,4%	0,1%	0,2%
Despesas Totais	26,2%	31,3%	29,3%	5,1%	-2,0%
Despesas correntes	23,7%	26,7%	26,0%	2,9%	-0,6%
Despesas com pessoal	8,4%	9,6%	10,1%	1,2%	0,5%
Aquisição de Bens e Serviços	4,8%	6,3%	5,4%	1,5%	-0,9%
Juros da dívida	2,4%	2,0%	2,1%	-0,3%	0,1%
Subsídios	0,7%	0,7%	0,6%	-0,1%	-0,1%
Transferências correntes	2,6%	2,6%	2,9%	0,1%	0,2%
Benefícios Sociais	3,9%	3,7%	3,5%	-0,2%	-0,2%
Outras despesas	1,0%	1,7%	1,4%	0,7%	-0,3%
Compra de ativos não Financeiros	2,5%	4,6%	3,1%	2,2%	-1,5%

Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Cálculos do CFP.

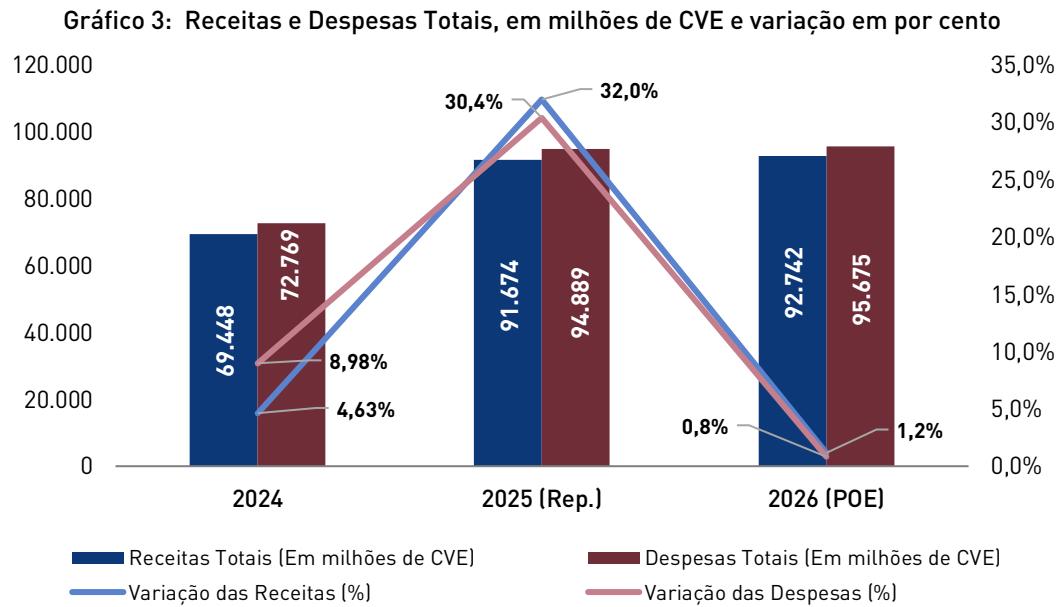
A tabela 3 mostra que, em percentagem do PIB, as receitas e despesas públicas deverão regressar à trajetória anterior, após o pico observado em 2025, como resultado, sobretudo, da normalização das receitas, com a eliminação de fatores extraordinários registados no exercício anterior, e da redução do investimento público, contribuindo para o ajustamento e a consolidação das contas orçamentais.

No domínio das receitas correntes, observar-se-á uma estabilização em torno de 91.019 milhões de CVE (+0,7 por cento), representando 27,9 por cento do PIB. As receitas fiscais manterão o seu peso dominante (20,1 por cento do PIB) e crescerão 4,9 por cento, impulsionadas sobretudo pelos impostos sobre bens e serviços (+4,6 por cento) e pelos impostos sobre o rendimento (+2,2 por cento). Este desempenho acompanhará a recuperação do emprego e do consumo interno.

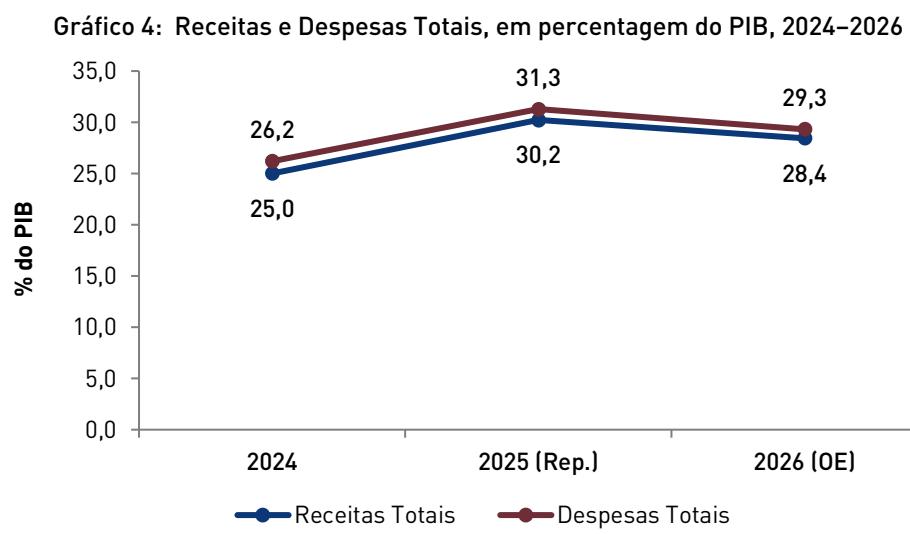
Em contrapartida, as outras receitas correntes deverão diminuir 11,3 por cento, refletindo o recuo das receitas de propriedade e de outros rendimentos não fiscais, que haviam atingido níveis excepcionais em 2025. Esta redução traduzirá uma normalização da base fiscal e o fim dos efeitos extraordinários registados no exercício anterior.

Do lado da despesa, verificar-se-á um aumento das despesas correntes, que totalizarão 84.918 milhões de CVE (+5,0 por cento), equivalente a 26,0 por cento do PIB. As despesas com pessoal crescerão 12,9 por cento, refletindo a atualização das grelhas salariais e o reforço de efetivos nos setores da educação, saúde e segurança. A aquisição de bens e serviços registará uma contração de 7,8 por cento, resultante de medidas de racionalização da despesa.

Em contrapartida, a despesa de capital deverá diminuir, passando de 14.009 milhões de CVE em 2025 (Orçamento Reprogramado) para 10.757 milhões de CVE em 2026 (-23,2 por cento), o que equivalerá a 3,1 por cento do PIB, refletindo a conclusão de grandes projetos de investimento e a reprogramação de financiamentos externos.



A leitura conjunta do gráfico e das tabelas poderá revelar que o crescimento moderado da receita resultará essencialmente do aumento dos impostos sobre bens e serviços e da estabilização dos donativos e de outras receitas correntes, enquanto a moderação da despesa refletirá a contenção das despesas de funcionamento e a reprogramação do investimento público, em conformidade com a estratégia de consolidação da POE/2026.



O gráfico 4 reforçará esta leitura em termos relativos, mostrando uma redução gradual da dimensão do OE em percentagem do PIB.

Persistirão pressões estruturais associadas à massa salarial e aos encargos com juros, que limitarão a margem de manobra orçamental. Apesar disso, o Estado deverá manter a prioridade às funções sociais essenciais (educação, saúde e proteção social), assegurando a continuidade dos programas de inclusão e de consolidação do investimento em capital humano.

Outrossim, verificou-se que países com esforço elevado têm pouca margem para aumentar receitas sem comprometer a equidade, devendo priorizar a eficiência da despesa pública. Já os países com esforço baixo dispõem de espaço para reforçar a arrecadação, melhorando a administração fiscal e reduzindo isenções, de forma sustentável e equitativa.

A evolução das operações financeiras do Estado em 2026 deverá ser analisada em articulação com a trajetória da receita fiscal e a sua relação com o PIB, abordada no ponto seguinte. A análise da pressão fiscal permitirá avaliar a capacidade efetiva de financiamento do Estado e o esforço tributário associado à consolidação orçamental.

3.3 PRESSÃO FISCAL

3.3.1 Contexto

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) tem sublinhado que a consolidação orçamental sustentável deve assentar não apenas no aumento das receitas endógenas, mas sobretudo na racionalização e melhoria da eficiência da despesa. Neste contexto, a análise da pressão fiscal visa avaliar a evolução da carga tributária total e a sua incidência sobre o fator trabalho, permitindo aferir o equilíbrio entre esforço fiscal, competitividade e rendimento disponível das famílias.

Um esforço fiscal excessivo desvia recursos do sector privado (investimento e consumo) para o sector público (consumo), reduzindo o potencial de crescimento futuro.

A presente análise acompanha a evolução de três indicadores fundamentais que traduzem a relação entre a carga fiscal e os rendimentos: **a pressão fiscal global, a pressão fiscal sobre o trabalho e o tax wedge** (diferença fiscal entre o custo do trabalho e o rendimento líquido).

Em finanças públicas, a **pressão fiscal global**, também designada carga fiscal⁴, refere-se à relação percentual entre a receita fiscal total (impostos e contribuições obrigatórias) “R” e o Produto Interno Bruto (PIB) “Y” do país.

$$PF = \frac{R}{Y}$$

⁴ <https://cfp.cv/documents/d/quest/glossario-de-termos-das-financas-publicas>

Trata-se, portanto, de um indicador contabilístico e macroeconómico que mede o peso global dos impostos e contribuições obrigatórias em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, mostra que parcela da riqueza gerada numa economia é absorvida pelo Estado através da tributação.

No entanto, por si só, não permite avaliar se o sistema fiscal é eficiente, equitativo ou estável, pois limita-se a quantificar o nível de tributação total, sem analisar a sua composição, incidência, justiça distributiva ou sustentabilidade ao longo do tempo.

Por sua vez, o **Tax wedge**⁵, ou carga fiscal e contributiva sobre o rendimento do trabalho, representa a diferença entre a totalidade dos custos laborais suportados pelo empregador e o salário efetivamente recebido pelo trabalhador (líquido de impostos e contribuições sociais do trabalhador e do empregador). Formalmente, é definido como a soma do imposto sobre o rendimento do trabalhador (por exemplo, IRPS) e das contribuições sociais obrigatórias, tanto do trabalhador quanto do empregador, expressa em percentagem do custo laboral total.

Em termos formais, pode ser expresso por:

$$W = \frac{\text{IRPS} + \text{Contribuições do trabalhador} + \text{Contribuições do empregador}}{\text{Custo total do trabalho}}$$

Este indicador mede, portanto, o peso agregado dos impostos e contribuições sobre o fator trabalho, mostrando a parcela do custo total da mão de obra que não se traduz em remuneração líquida para o trabalhador.

Um *tax wedge* elevado sinaliza um potencial desincentivo à contratação e ao trabalho, pois encarece o emprego para as empresas e reduz o rendimento disponível dos trabalhadores, *ceteris paribus*.

Por fim, a **Pressão fiscal do trabalhador** mede a carga efetiva de impostos e contribuições sociais suportada diretamente pelo trabalhador sobre o seu rendimento bruto. Em termos práticos, corresponde à percentagem do salário bruto entregue ao Estado sob a forma de imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRPS) e contribuições sociais a cargo do trabalhador.

$$PF_L = \frac{\text{IRPS} + \text{contribuições do trabalhador}}{\text{salário base bruto}}$$

⁵ <https://www.cfp.pt/pt/glossario/hiato-fiscal-do-trabalho#:~:text=Hiato%20fiscal%20do%20trabalho>

3.3.2 Análise

Dando seguimento ao enquadramento anterior, esta secção apresentará a evolução da pressão fiscal em Cabo Verde no período 2022–2026, com base nos dados da POE/2026 e do respetivo Anexo Informativo. O objetivo é identificar as principais tendências e determinantes da variação dos níveis de tributação global e da carga fiscal sobre o trabalho, em articulação com a recuperação económica e o processo de consolidação orçamental em curso.

Pressão Fiscal Global

A pressão fiscal global em Cabo Verde apresentou uma trajetória ascendente entre 2022 e 2025, acompanhando a retoma da atividade económica e o reforço da arrecadação tributária, antes de estabilizar em 2026, conforme ilustrado na tabela 4.

De acordo com o Anexo Informativo da POE/2026, a receita fiscal aumentará de 49.699 milhões de CVE em 2023 para 65.701 milhões de CVE em 2026, correspondendo a cerca de 20,1 por cento do PIB (18,8 em 2022).

Tabela 4: Pressão Fiscal, em percentagem do PIB e milhões de CVE

Ano	Pressão Fiscal (em percentagem PIB)	Variacão (p.p. PIB)	Receita Fiscal (em milhões de CVE)	Variacão, em percentagem
2022	18,8	-	44 206	-
2023	19,5	0,7	49 699	12,43%
2024	20,1	0,6	55 852	12,38%
2025 (Rep.)	20,7	0,6	62 640	12,15%
2026 (OE)	20,1	-0,6	65 701	4,89 %

Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Cálculos do CFP.

A análise da composição da receita fiscal (tabela 5, a seguir) revela três tendências estruturais fundamentais:

1. Uma redução do peso do IVA, que se manterá como principal fonte de receita (cerca de 39,0 por cento), mas com uma trajetória decrescente. Observar-se-á uma alteração relevante na sua composição: o IVA sobre as importações (IVA DGA) deverá registar uma diminuição de 24,7 por cento para 18,4 por cento, enquanto o IVA sobre o consumo interno (IVA DGCI) deverá aumentar de 15,8 por cento para 20,3 por cento, conforme o ponto 62 do anexo informativo, página 31.
2. Um crescimento dos impostos sobre o rendimento, que ganharão importância na receita total (de 21,9 por cento para 25,5 por cento). Esta expansão caracterizar-se-á por uma alteração estrutural: o IRPC (empresas) quase duplicará o seu peso (de 7,3 por cento para 12,9 por cento), enquanto o IRPS (pessoas singulares) reduzir-se-á (de 14,6 por cento para 12,6 por cento).

3. Uma estabilização de pressão fiscal global em 2026, com a consolidação de um novo equilíbrio. A receita fiscal total atingirá 65.701 milhões de CVE, correspondendo a cerca de 20,1 por cento do PIB, o que traduzirá uma ligeira redução de 0,6 p.p. face a 2025 (tabela 4). O abrandamento do crescimento das receitas fiscais (4,9 por cento em 2026, contra uma média de 12,0 por cento no triénio anterior) refletirá a normalização do ciclo económico e a consolidação da arrecadação tributária em níveis sustentáveis.

Em síntese, estas tendências revelam uma recomposição gradual das fontes de receita fiscal, marcada pelos aumentos do peso do IVA doméstico e do imposto sobre o rendimento das empresas, em detrimento da diminuição do peso do IVA sobre as importações de bens. Esta evolução resultará, sobretudo, do crescimento do consumo interno e do turismo, da maior rentabilidade empresarial e da melhoria da eficiência aduaneira, associada à digitalização e à redução de isenções concedidas no período pós-pandemia.

Tabela 5: Composição Percentual da Receita Fiscal (2022-2026)

Ano	2022	2023	2024	2025 (REP)	2026 POE
IVA Total	40,5%	40,7%	39,5%	38,8%	38,7%
IVA DGA	24,7%	19,5%	19,8%	18,8%	18,4%
IVA DGCI	15,8%	21,2%	19,7%	20,1%	20,3%
Imposto sobre Rendimentos	21,9%	24,1%	25,3%	26,2%	25,5%
IRPS	14,6%	13,0%	13,2%	12,9%	12,6%
IRPC	7,3%	11,1%	12,1%	13,2%	12,9%
Outros impostos	37,6%	35,2%	35,2%	35,0%	35,7%

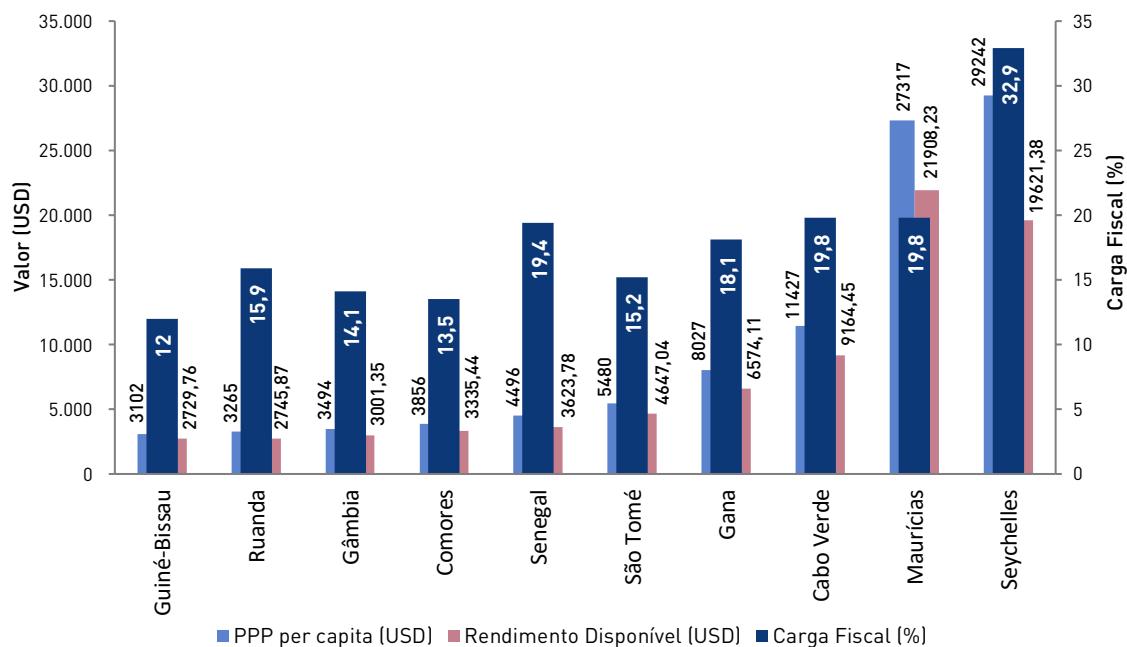
Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Cálculos do CFP.

Com base nos dados da POE/2026, o CFP prevê que a pressão fiscal global poderá consolidar-se num novo patamar em torno de 20,0 por cento do PIB (tabela 4), sustentada por uma base tributária mais diversificada e resiliente. A recomposição estrutural (tabela 5), com maior peso dos impostos sobre os rendimentos (especialmente o IRPC) e menor dependência do IVA sobre as importações, evidenciará um sistema fiscal em maturação, mais preparado para flutuações do comércio externo. Este padrão de estabilização da carga fiscal enquadra-se na estratégia de consolidação orçamental definida na POE/2026, em alinhamento com os objetivos de médio prazo para a sustentabilidade das finanças públicas. Deste modo, a evolução observada será compatível com os princípios da sustentabilidade e do equilíbrio orçamental previstos na Lei de Bases do Orçamento do Estado.

Benchmark internacional do esforço fiscal ponderado (PPP⁶)

O indicador de Esforço Fiscal permite comparar o desempenho tributário de Cabo Verde com o de economias de dimensão e enquadramento geográfico semelhantes, permitindo avaliar a competitividade fiscal e a eficácia das reformas.

Gráfico 5: Esforço fiscal ponderado pela PPP



Fonte: Cálculos do CFP. Dados da IA no *Trading Economics* para efeitos de comparação internacional⁷

A análise revela grande heterogeneidade entre os países. Ruanda apresenta o maior Esforço Fiscal (50,54 por cento), reflexo do seu baixo poder de compra (PPP de 3.265 USD), enquanto Seicheles, com a PPP mais elevada (29.242 USD), registou o menor esforço (9,30 por cento), apesar da carga fiscal mais alta (27,2 por cento do PIB). Estes casos demonstram a relação inversa entre o Esforço Fiscal e a riqueza real per capita.

Cabo Verde regista um Esforço Fiscal de 18,47 por cento, valor próximo da média mundial (18,46 por cento) e acima da média da África Subsaariana (16,50 por cento). Este resultado evidencia algum equilíbrio entre capacidade económica e desempenho tributário, mantendo espaço moderado para ganhos adicionais através de reformas de eficiência ou da ampliação da base tributária.

Verifica-se que países com esforço elevado têm pouca margem para aumentar receitas sem comprometer a equidade, devendo priorizar a eficiência da despesa pública. Já os países com esforço baixo dispõem de espaço para reforçar a arrecadação, melhorando a administração fiscal e reduzindo isenções, de forma sustentável e equitativa.

⁶ Paridade do Poder de Compra

⁷ <https://tradingeconomics.com/>

Pressão Fiscal sobre o Trabalho e Tax Wedge

A análise seguinte incide sobre a tributação do trabalho, um dos principais componentes da carga fiscal total, permitindo avaliar a evolução da carga efetiva suportada pelos trabalhadores e o impacto sobre o custo do trabalho e o rendimento disponível das famílias.

A pressão fiscal sobre o trabalho manteve-se estável e moderada ao longo do período 2022–2026. Em 2022, situava-se em 20,7 por cento do salário bruto base, descendo para 18,7 por cento em 2023 e voltando a crescer gradualmente até 21,8 por cento em 2026 (tabela 6).

A ligeira subida observada a partir de 2024 decorre, principalmente, do aumento do emprego formal e do crescimento dos rendimentos declarados, conforme evidenciado pelos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) no Relatório “Estatísticas do Mercado de Trabalho - 2024”, Inquérito Multiobjetivo Contínuo (IMC) (junho de 2025), que aponta para o aumento da população empregada (+4,4 por cento) e da taxa de emprego (+1,8 p.p.) entre 2023 e 2024, bem como para a redução da informalidade (-5,5 p.p. no meio rural e -0,6 p.p. no meio urbano), e não de alterações nas taxas fiscais ou contributivas.

As taxas contributivas permaneceram inalteradas desde 2017: 8,5 por cento a cargo do trabalhador e 16,0 por cento a cargo da entidade empregadora, totalizando 24,5 por cento do salário bruto. Assim, a variação da carga efetiva resulta essencialmente da evolução dos salários e do grau de formalização da economia.

Tabela 6: Pressão Fiscal sobre o Trabalho e Tax Wedge

Ano	Pressão Fiscal Trabalhador (por cento, Salário Bruto Base)	Tax Wedge (por cento, Custo Total do Trabalho)	Variação p.p. Trabalhador	Variação p.p. Tax Wedge
2022	20,74%	31,67%	-	-
2023	18,72%	29,93%	-2,02%	-1,74%
2024	20,57%	31,52%	1,85%	1,59%
2025 (Rep.)	21,72%	32,52%	1,16%	1,00%
2026 (POE)	21,80%	32,59%	0,08%	0,07%

Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Cálculos do CFP.

O *tax wedge* apresentou uma trajetória estável e ligeiramente ascendente, situando-se entre 31,7 por cento e 32,6 por cento durante o período em análise. Esta estabilidade indica que não se registaram alterações nas taxas de contribuição nem nos escalões do IRPS, e que o custo efetivo do trabalho para as empresas se manteve relativamente constante. A variação observada decorreu, sobretudo, do alargamento da base salarial e da expansão do emprego formal, refletindo a recuperação gradual da economia pós-pandemia.

A diferença entre a pressão fiscal do trabalhador e o *tax wedge* representa a parcela das contribuições patronais, cuja magnitude é determinante para avaliar o custo total de contratação e a competitividade externa das empresas. Esta dimensão assume particular relevância nos setores transacionáveis (bens e serviços de exportação, nomeadamente o turismo), em que o fator trabalho tem um peso significativo na estrutura de custos.

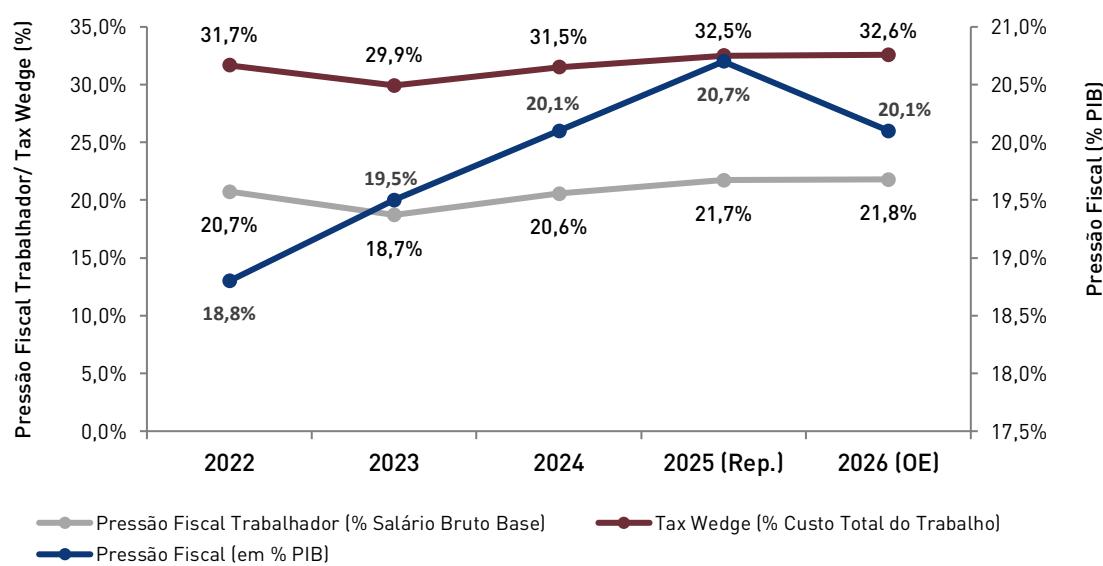
De acordo com os cálculos do CFP, estima-se que, por cada 100 CVE de custo total do trabalho, cerca de 70 CVE correspondam à remuneração líquida recebida pelo trabalhador, tabela 6. Esta relação manteve-se praticamente inalterada ao longo do período 2022–2026, indicando que o sistema de impostos e contribuições sobre o trabalho preserva um equilíbrio entre encargos e rendimento líquido. Tal estabilidade favorece a previsibilidade dos custos de contratação e a manutenção do rendimento real das famílias.

De forma geral, a evolução observada confirma a estabilidade do sistema de impostos e contribuições sobre o trabalho, assegurando um equilíbrio entre os encargos e o rendimento líquido dos trabalhadores. A estabilidade da tributação sobre o trabalho e do *tax wedge* é coerente com o enquadramento macroeconómico e orçamental da POE/2026, refletindo a previsibilidade das contribuições sociais e a conformidade com os princípios de equilíbrio e sustentabilidade das finanças públicas definidos na Lei de Bases do Orçamento do Estado.

O comportamento conjunto destes indicadores é ilustrado no gráfico 6, que apresenta a evolução da pressão fiscal total, da pressão fiscal sobre o trabalho e do *tax wedge* no período 2022–2026, evidenciando uma trajetória simultaneamente convergente e estável.

Entre 2022 e 2025, observou-se um aumento gradual da carga fiscal total (de 18,8 por cento para 20,7 por cento do PIB), enquanto os indicadores ligados ao trabalho mantiveram variações reduzidas. Em 2026, prevê-se que a consolidação da arrecadação e a moderação do crescimento económico contribuam para estabilizar os indicadores fiscais, refletindo um ajustamento natural após a fase de forte recuperação pós-pandemia.

Gráfico 6 – Pressão Fiscal Total, Pressão Fiscal sobre o Trabalho e Tax Wedge (2022–2026)



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

A estabilidade simultânea da pressão fiscal sobre o trabalho e da punção fiscal indica a ausência de alterações paramétricas relevantes, evidenciando que a consolidação fiscal dos últimos anos se baseou no alargamento da base tributável e contributiva, e não em aumentos das taxas nominais. Esta evolução está em linha com uma trajetória de crescimento inclusivo, associada à formalização do emprego e ao aumento da massa salarial declarada.

No conjunto, a análise dos três indicadores (pressão fiscal global, pressão fiscal sobre o trabalho e *tax wedge*) evidencia a consolidação de um quadro fiscal estável e coerente com a trajetória de recuperação económica e de ajustamento orçamental. A carga tributária global estabiliza em torno de 20,0 por cento do PIB, enquanto a tributação sobre o trabalho se manterá no intervalo entre 19,0 por cento e 22,0 por cento, e o *tax wedge* próximo de 32,0 por cento. Este padrão reflete um sistema de impostos e contribuições equilibrado entre eficiência arrecadatória, competitividade e rendimento disponível das famílias.

No plano macrofiscal, a estabilização destes indicadores é compatível com os princípios de sustentabilidade e de equilíbrio orçamental definidos na Lei de Bases do Orçamento do Estado, reforçando a coerência do quadro fiscal com as recomendações internacionais de boa governação, nomeadamente as constantes no *Fiscal Monitor 2023* (FMI⁸, 2023) e no *World Development Report 2024* (Banco Mundial⁹, 2024).

⁸ FMI (2023). *Fiscal Monitor 2023 – Strengthening Public Finances for Inclusive Growth*. Washington, D.C.: International Monetary Fund.

⁹ Banco Mundial (2024). *World Development Report 2024 – Development in a Time of Fiscal Constraints*. Washington, D.C.: World Bank Group.

3.4 DINÂMICA DA DÍVIDA PÚBLICA

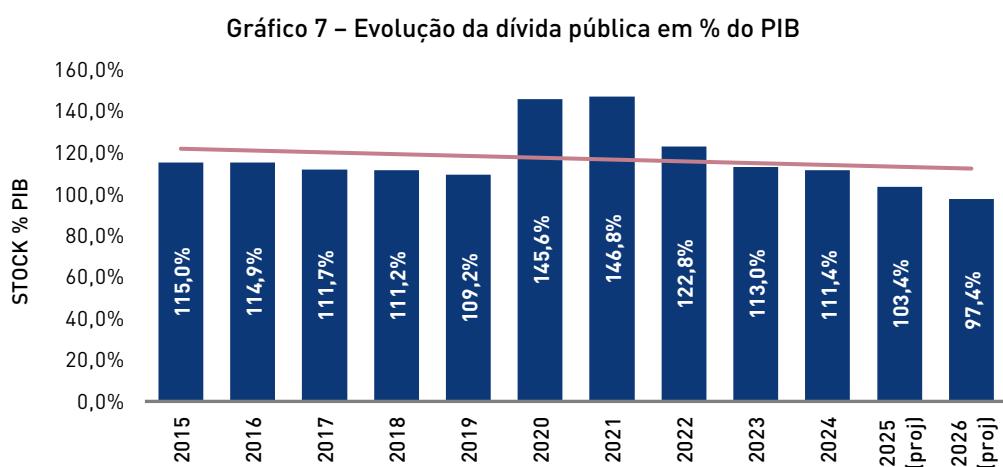
3.4.1 Evolução da Dívida Pública e seus componentes

Nos termos dos números 2 e 3 do artigo 14.º da Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho, a dívida pública deve manter-se dentro de limites prudenciais: a dívida interna e externa, de curto e médio prazos, não pode exceder 60,0 por cento do PIB a preços de mercado, enquanto a dívida pública global a longo prazo, não deve ultrapassar 80,0 por cento do PIB. Estes parâmetros constituem referências essenciais para a avaliação da sustentabilidade das finanças públicas.

Neste contexto, Cabo Verde celebrou, em junho de 2022, um programa de Facilidade de Crédito Alargado (*Extended Credit Facility – ECF*) com o Fundo Monetário Internacional (FMI), orientado para a estabilização do quadro macrofiscal, o reforço do crescimento económico e a consolidação orçamental, com especial enfoque na redução do défice e da dívida pública.

A metodologia adotada pelo CFP para este capítulo baseia-se no estudo da evolução da dívida pública, dos seus principais componentes, nomeadamente a dívida interna, externa, de curto, médio e longo prazos, bem como dos fatores determinantes da sua sustentabilidade, abrangendo o período de 2015 a 2025, com projeções para 2026. Esta abordagem permite compreender as tendências estruturais, a composição do endividamento e os riscos associados, fornecendo uma base empírica para a avaliação da trajetória da dívida e da capacidade do Estado em assegurar a sua sustentabilidade a médio prazo.

As séries históricas (gráfico 7) indicam uma tendência decrescente nos últimos 4 anos, estimando-se que em 2025 atinjam valores inferiores aos observados antes da COVID-19. Para 2026, prevê-se que a dívida seja inferior a 100,0 por cento do PIB (97,4 por cento), embora com valor ainda superior ao limite estipulado na lei (80 por cento do PIB).



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

Neste contexto, assume particular relevância a análise do efeito dinâmico do rácio da dívida, que corresponde à variação anual do rácio da dívida/PIB, resultante da diferença

entre a taxa de juro implícita e o crescimento nominal do produto. Esta situação ocorre quando a dívida pública cresce mais rapidamente do que o PIB nominal, devido ao desfasamento entre o custo médio da dívida e o ritmo de crescimento económico.

De forma geral, a evolução anual do rácio dívida-PIB depende de três fatores principais: o défice primário, o ajustamento défice-dívida e a relação entre a taxa de juro implícita e o crescimento nominal do PIB, todos expressos em percentagem do produto.

Também designado por “efeito bola de neve”, este fenómeno traduz a acumulação dos encargos da dívida ao longo do tempo. O efeito é desfavorável quando a taxa de juro nominal implícita é superior ao crescimento nominal do PIB, conduzindo a um aumento do rácio da dívida, e torna-se favorável quando o crescimento económico excede a taxa de juro, contribuindo para a redução do peso da dívida em relação ao produto.

Neste contexto, a redução do rácio da dívida pública, de 103,4 por cento em 2025 para 97,4 por cento do PIB em 2026, será impulsionada pelo efeito dinâmico (-5,19 pontos percentuais), significativamente influenciado pela evolução favorável do crescimento do PIB (-7,25 pontos percentuais) e pelo efeito do saldo primário (1,2 pontos percentuais). Estes contributos favoráveis atenuam o impacto adverso do efeito dos juros (2,1 pontos percentuais) e do ajustamento défice-dívida (-2,0 pontos percentuais).

Como se observa na tabela 7, no período de 2021 a 2025, o “efeito bola de neve” será positivo, sinal de que o crescimento nominal do PIB supera a taxa efetiva de juro, contribuindo a reduzir o rácio da dívida pública, num cenário em que o saldo primário não se deteriore.

Tabela 7: Efeito bola de neve

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025REP	2026 proj
Dívida Pública (% do PIB)	115,01	114,92	111,67	111,18	109,19	145,56	146,84	125,90	116,91	111,40	103,40	97,40
Dívida pública (milhões de CVE)	200 013	211 924	218 093	229 008	242 222	256 652	280 851	296 617	298 085	309 352	313 682	317 481
Variação da dívida (em p.p do PIB)	9,4	-0,08	-3,3	-0,5	-2,0	36,4	1,3	-20,9	-9,0	-5,5	-8,0	-6,0
Défice primário em % PIB	1,8	0,4	0,3	0,04		6,6	5,4	1,2				
superavit primário em %PIB					0,1				2,0	1,3	1,0	1,2
Efeito dinâmico /bola de neve (p.p.)	-0,29	-4,03	-3,92	-3,41	-5,62	31,95	-8,38	-24,92	-6,87	-7,05	-7,28	-5,19
efeito de juros (p.p.)	2,4	2,5	2,5	2,4	2,3	3,8	3,0	2,7	2,7	2,5	2,1	2,1
efeito de crescimento (p.p.)	-2,65	-6,54	-6,41	-5,80	-7,94	28,18	-11,38	-27,64	-9,55	-9,60	-9,36	-7,25
Ajustamento fluxo-stock	7,9	3,5	0,3	2,9	3,7	-2,2	4,3	2,8	-0,1	2,8	0,3	0,4

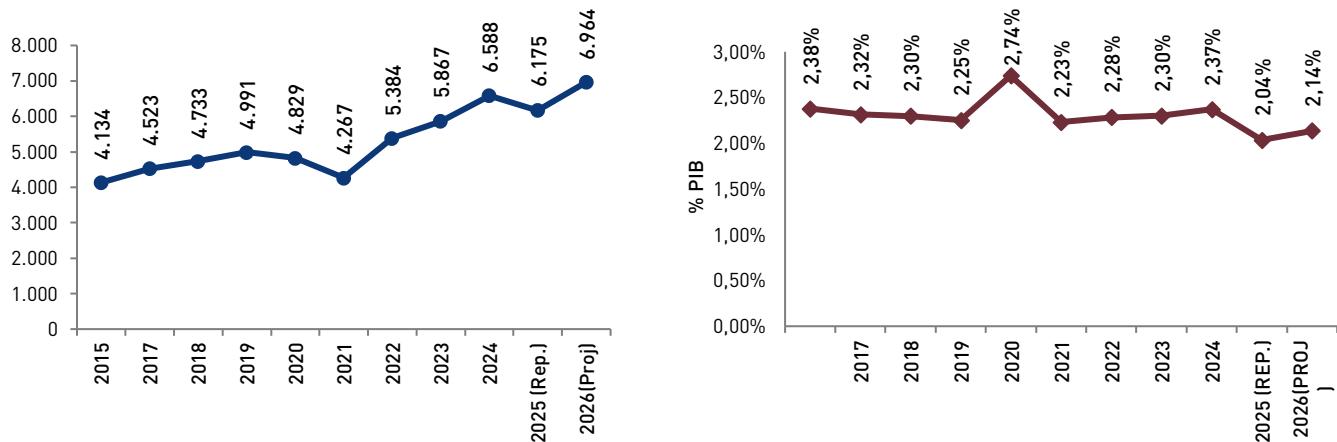
Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do CFP.

Caso as projeções do MF se concretizarem, o peso dos juros da dívida no PIB deverá atingir o valor mais baixo desde 2015, situando-se em 2,04 por cento do PIB em 2025, e subir ligeiramente em 2026, quando se espera que atinja 2,14 por cento do PIB.

O valor nominal dos juros a pagar em 2026 deverá ascender a 6.964 milhões de CVE, correspondendo a um aumento de 12,80 por cento em relação a 2025. O acréscimo

nominal de quase 790 milhões de CVE traduz um aumento direto no serviço da dívida, ou seja, nos encargos que o Estado precisa pagar anualmente apenas para manter as suas obrigações financeiras. Esta evolução reduz a margem orçamental disponível para despesas produtivas (educação, saúde e investimento público).

Gráfico 8: Evolução dos juros da dívida, em milhões de CVE e em percentagem do PIB



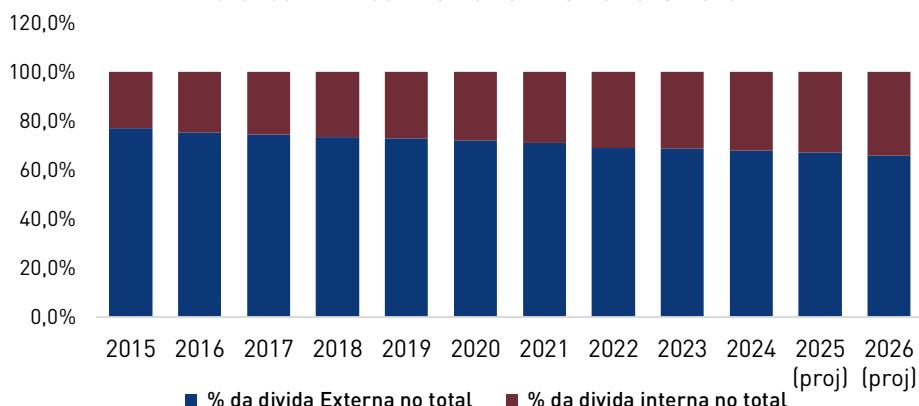
Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

Apesar do aumento nominal, o peso dos juros no PIB mantém-se em níveis historicamente baixos — 2,04 por cento do PIB em 2025 e 2,14 por cento em 2026. Isto indica que, em proporção ao crescimento do PIB e à redução do rácio dívida/PIB, a carga dos juros continua sustentável. A melhoria do enquadramento macroeconómico e o crescimento projetado do PIB compensam parcialmente o aumento nominal.

No que diz respeito ao stock total, o MF prevê um aumento de 3.799 milhões de CVE na dívida pública, passando de 313.682 milhões de CVE em 2025 para 317.481 milhões de CVE em 2026.

Prevê-se que, em 2026, o peso da dívida externa na dívida total deverá corresponder a 65,9%, traduzindo-se numa diminuição de 0,6 pontos percentuais em comparação com o ano anterior. Já a dívida interna deverá corresponder a 34,1 por cento, o que reflete um agravamento de 0,6 pontos percentuais em relação a 2025. Conforme o anexo informativo da POE/2026, a dívida pública, sobretudo a externa, é maioritariamente contratada junto a credores multilaterais, em condições financeiras concessionais. No âmbito do endividamento interno, prevê-se a emissão de títulos de tesouro de curto, médio e longo prazos no mercado doméstico para manter o equilíbrio de tesouraria.

Gráfico 9: Dívida Interna Vs Externa 2015-2026



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

Entre 2014 e 2024, o stock da dívida externa de Cabo Verde aumentou de 137,4 mil milhões para 210,3 mil milhões de CVE, correspondendo a um crescimento acumulado de cerca de 53%. O aumento mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021 (+7,6 por cento) e 2021-2022 (+2,7 por cento), refletindo o reforço do endividamento para mitigar os efeitos da pandemia.

Entre 2015 e 2024, a dívida interna aumentou o seu peso relativo, de cerca de 23 por cento para cerca de 32 por cento do total. Esta tendência traduz um reforço sistemático do recurso ao mercado doméstico para financiar o défice orçamental e as necessidades de tesouraria, sobretudo a partir de 2020, período em que a pandemia da COVID-19 reduziu o acesso a fluxos externos e impôs maior dependência de instrumentos internos de dívida (obrigações e bilhetes do Tesouro). A trajetória ascendente da dívida interna revela uma mudança estrutural no padrão de endividamento do Estado.

Após um período dominado por financiamento externo concessionário, o país entra numa “nova normalidade” de dependência mista, com maior peso do financiamento doméstico.

Esta transição exige uma estratégia de gestão ativa da dívida interna, centrada em:

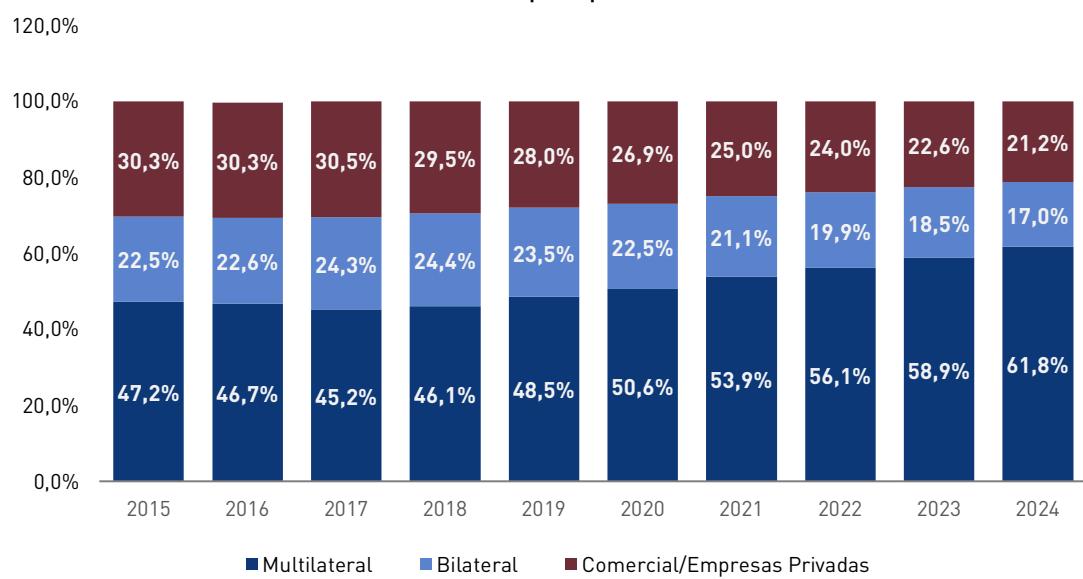
- alongar maturidades (reduzir risco de refinanciamento);
- diversificar investidores; e
- monitorizar o custo médio ponderado face à evolução das taxas de juro internas.

As projeções da POE/2026 apontam para a continuação desta tendência, a dívida interna deverá representar cerca de 34 por cento em 2026, consolidando-se como um dos principais instrumentos de financiamento do Estado, enquanto a dívida externa se estabiliza em torno de 66 por cento, predominantemente multilateral e concessionária.

Em termos de estrutura da dívida externa por tipo de credor, há o predomínio das instituições multilaterais, que representam mais de 60,0 por cento do total e cresceram de forma contínua, denotando dependência de financiamento concessionário. As dívidas

bilaterais e comerciais mantêm tendência descendente, o que reduz custos, mas também limita a diversificação das fontes.

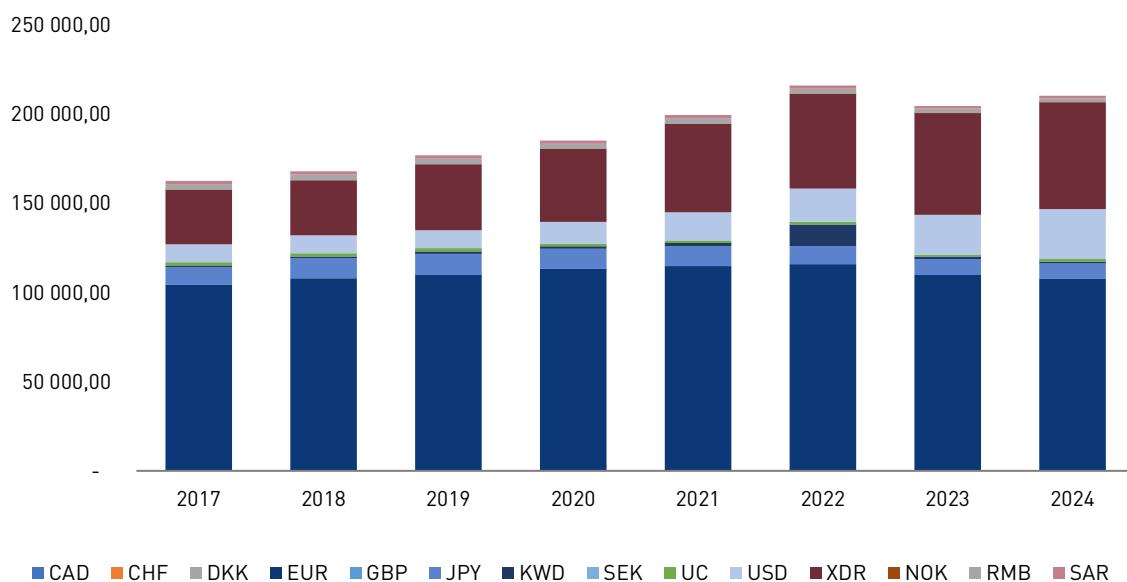
Gráfico 10: Dívida Externa por tipo de credor (2015-2024)



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

Por moeda, o euro e os direitos de saque especiais (XDR) concentram a maior parte do endividamento, refletindo a forte presença de parceiros europeus e multilaterais. A dívida em USD registou o crescimento mais acentuado (+27 por cento em 2023-2024), sugerindo maior exposição ao risco cambial face ao dólar. Em termos globais, o perfil da dívida externa mantém-se sustentável e de baixo risco, mas o seu aumento recente e a concentração em poucas moedas reforçam a necessidade de uma gestão prudente da exposição cambial e da diversificação das fontes de financiamento externo.

Gráfico 11: Dívida Externa por moeda de contratação (2017-2024)



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

Quanto à dívida interna por maturidade e por instrumento, tabela anexo I, constata-se que:

- A dívida de curto prazo mantém um peso residual (mas evidencia forte volatilidade). Após quase desaparecer em 2020, cresce para 2,9 mil milhões de CVE em 2024, com variações anuais de grande amplitude (+451,0 por cento em 2021-2022, -31,0 por cento em 2022-2023 e +52,6 por cento em 2023-2024). Este comportamento revela uma gestão ativa de tesouraria, mas também indica uma maior exposição a riscos de rolagem (*roll-over*), exigindo vigilância quanto à liquidez e às taxas de refinanciamento;
- A dívida de médio e longo prazos representa quase a totalidade da dívida doméstica (cerca de 96,0 por cento), exibindo uma trajetória ascendente consistente. O *stock* passou de 39,6 mil milhões de CVE em 2015 para 95,1 mil milhões de CVE em 2024, refletindo a maturação progressiva do portefólio, o que reduz riscos de refinanciamento. Destacam-se as dívidas de 5-8 anos que atingiram 50,5 mil milhões de CVE em 2024 (+11,5 por cento face a 2023). A dívida de 8-10 anos manteve-se estável (aproximadamente 26,7 mil milhões de CVE), evidenciando o alongamento da maturidade média do *stock* total. Já as de prazo superior a 15 anos estão praticamente extintas desde 2021, indicando limitação dos instrumentos de muito longo prazo no mercado interno;
- O alongamento do prazo médio da dívida doméstica contribui para mitigar o risco de refinanciamento e suavizar pressões sobre o Tesouro. Contudo, a expansão contínua do *stock* total reforça a necessidade de manter coerência com o teto de endividamento definido na Lei de Bases do Orçamento do Estado, de monitorizar o custo médio ponderado face à subida das taxas de juro domésticas e de diversificar os investidores, evitando a concentração excessiva no sistema bancário nacional;
- O *stock* da dívida interna por instrumento evidencia uma evolução consistente e estruturalmente estável do portefólio da dívida doméstica. O total duplicou em dez anos, passando de 41,6 mil milhões de CVE em 2014 para 99,1 mil milhões de CVE em 2024, sustentado sobretudo pelo crescimento das Obrigações do Tesouro (Nova Série), que representam cerca de 96,0 por cento do total. Este predomínio confirma a consolidação do mercado de títulos de médio e longo prazo como principal fonte de financiamento interno do Estado, traduzindo uma política de alongamento da maturidade e de redução do risco de refinanciamento. Os Bilhetes do Tesouro, embora com peso residual (2,9 por cento em 2024), apresentam forte volatilidade anual, indicando um uso pontual para gestão de liquidez. Já os Outros Créditos e Protocolos registam tendência descendente e peso marginal (1,2 por cento), o que reforça a homogeneização do perfil da dívida. Em termos dinâmicos, o *stock* total cresceu 14,2 por cento em 2020-2021, 12,6 por cento em 2021-2022 e 6,1 por cento em 2023-2024, mantendo-se num ritmo compatível com a expansão económica recente.

Globalmente, o quadro revela uma estrutura de endividamento mais madura e previsível, embora persistam desafios quanto à diversificação de instrumentos e investidores no mercado interno.

A dívida externa, em percentagem do PIB, apresenta uma trajetória decrescente de longo prazo, após atingir um pico crítico em 2020 (105,1 por cento), reflexo da forte contração do PIB e do aumento das necessidades de financiamento durante a pandemia. Apesar da trajetória descendente, o rácio continua elevado (64,2 por cento) e deixa o país exposto ao risco cambial e a eventuais choques externos (taxas de juro internacionais, depreciação cambial e retração da ajuda). A redução observada depende fortemente do crescimento nominal do PIB e não tanto de amortizações líquidas significativas.

Quanto à dívida interna, em percentagem do PIB, a partir de 2022 observou-se uma retração gradual, com o rácio a descer para 39,0 por cento em 2022, 36,6 por cento em 2023 e 35,7 por cento em 2024, refletindo:

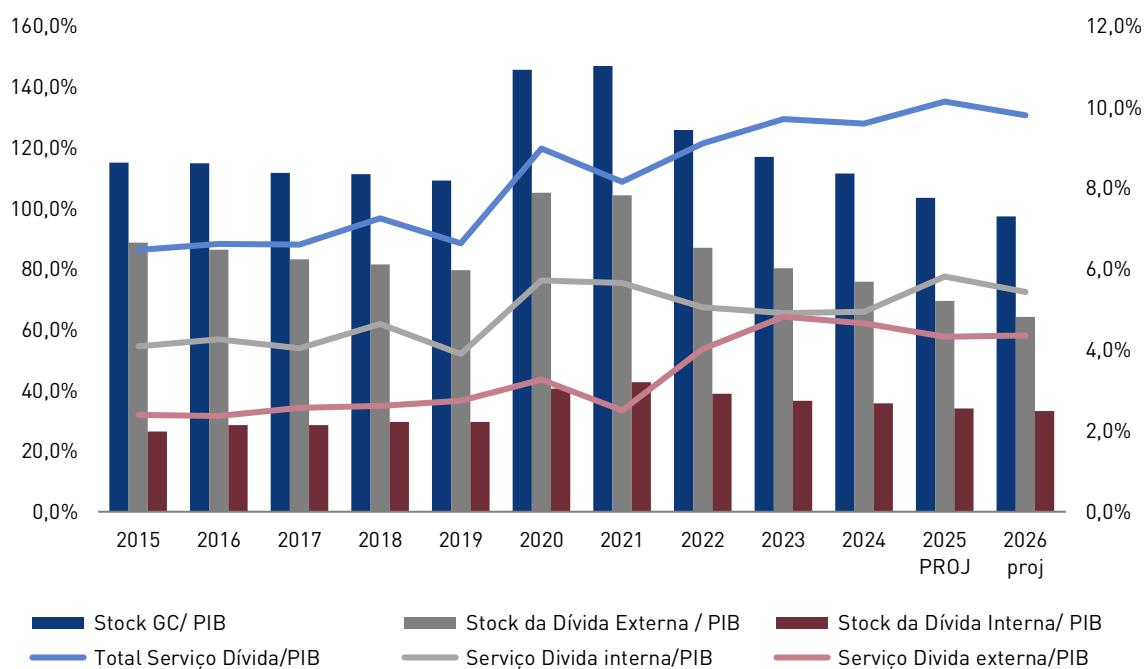
- redução do défice orçamental e do saldo primário negativo;
- maior disciplina de tesouraria; e
- amortizações líquidas de dívida interna associadas à normalização do mercado de títulos do Tesouro.

Esta trajetória descendente indica uma fase de consolidação fiscal, em linha com a Estratégia de Gestão da Dívida e com o programa do FMI (*Extended Credit Facility*). As projeções da POE/2026 apontam para a continuação dessa redução, com o *stock* da dívida interna a atingir 34,0 por cento do PIB em 2025 e 33,2 por cento em 2026. Esta descida é sustentada por:

- crescimento nominal do PIB superior ao aumento da dívida;
- melhoria das receitas fiscais; e
- controlo prudente das emissões internas.

O serviço total da dívida (juros + amortizações) aumenta de 11,2 mil milhões de CVE (2015) para cerca de 31,9 mil milhões de CVE em 2026, o que corresponde a cerca de 35,0 por cento das receitas previstas para esse ano, valor ainda considerado aceitável. Neste contexto, o serviço total da dívida aumentou o seu peso em relação ao PIB, passando de cerca de 6,5 por cento em 2015 para 9,6 por cento do PIB em 2024, evidenciando que o impacto macroeconómico do endividamento cresceu de forma significativa.

Gráfico 12: Evolução do Stock da dívida, em percentagem do PIB



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

O rácio serviço da dívida/exportações registou uma forte subida, passando de 11,2 por cento em 2014 para 38,2 por cento em 2020, refletindo o colapso das exportações, sobretudo do turismo, durante a pandemia. A partir de 2021 observou-se uma recuperação gradual, atingindo 22,6 por cento em 2024. Apesar desta melhoria, o rácio permaneceu elevado, revelando a vulnerabilidade cambial e de liquidez externa de um país fortemente dependente das receitas do turismo.

Tabela 8: Indicadores de sustentabilidade fiscal e externa, 2015-2024

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Serviço / Exportação	17,3%	17,1%	16,6%	16,6%	14,9%	38,2%	35,8%	23,7%	25,6%	22,6%
Total Serviço da Dívida/Receitas	26,4%	27,7%	26,0%	29,2%	25,1%	35,5%	35,0%	39,4%	37,5%	38,4%
Serviço da Dívida interna / Receitas	16,6%	17,8%	15,9%	18,6%	14,7%	22,6%	24,3%	21,9%	18,9%	19,8%
Serviço da Dívida / Despesas	27,4%	27,7%	28,5%	30,8%	26,8%	28,7%	28,7%	36,7%	40,3%	40,4%
Serviço Div Externa/ Exportação	6,4%	6,1%	6,4%	6,0%	6,1%	13,9%	11,0%	10,5%	12,7%	11,0%
Total Serviço Dívida/PIB	6,5%	6,6%	6,6%	7,3%	6,6%	9,0%	8,2%	9,1%	9,7%	9,6%
Juros Totais/ PIB	2,4%	2,3%	2,3%	2,3%	2,2%	2,7%	2,2%	2,3%	2,3%	2,3%
Amortizações Totais/PIB	4,1%	4,3%	4,3%	5,0%	4,4%	6,3%	6,0%	6,8%	7,5%	7,3%
Stock da Dívida Externa / PIB	88,6%	86,4%	83,2%	81,5%	79,7%	105,1%	104,2%	86,9%	80,3%	75,7%
Stock da Dívida Interna/ PIB	26,4%	28,5%	28,5%	29,7%	29,5%	40,5%	42,6%	39,0%	36,6%	35,7%
Stock GC/ PIB	115,0%	114,9%	111,7%	111,2%	109,2%	145,6%	146,8%	125,9%	116,9%	111,4%
% da dívida Externa no total	77,0%	75,2%	74,5%	73,3%	73,0%	72,2%	71,0%	69,0%	68,7%	68,0%
% da dívida interna no total	23,0%	24,8%	25,5%	26,7%	27,0%	27,8%	29,0%	31,0%	31,3%	32,0%

Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do CFP

O rácio serviço da dívida/receitas aumentou de 23,4 por cento em 2014 para 38,4 por cento em 2024, atingindo o pico de 39,4 por cento em 2022. Este indicador evidencia uma elevada pressão orçamental, com 38,4 por cento das receitas públicas comprometidas com o pagamento de juros e amortizações. A trajetória ascendente desde 2020 reflete uma estrutura de dívida mais onerosa e menos concessionária, reduzindo o espaço fiscal disponível para políticas públicas e investimento. Neste contexto, 40,4 por cento das despesas do Estado foi afetada às amortizações e juros (serviço da dívida), um sinal de rigidez orçamental crítica. Esta proporção poderá tornar-se insustentável a longo prazo, caso não seja compensada por um crescimento robusto do PIB e da receita fiscal.

O rácio serviço da dívida externa/exportações atingiu 13,9 por cento em 2020 e recuou para 11,0 por cento em 2024, mantendo-se, contudo, acima do nível prudencial de 10,0 por cento recomendado pelo FMI. Este valor indica uma exposição ainda elevada ao risco externo, podendo gerar pressões de pagamento em caso de choques cambiais ou de nova contração das receitas provenientes do turismo.

3.5 NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO

As necessidades de financiamento do Estado decorrem do défice orçamental e das operações líquidas de aquisição de ativos financeiros, totalizando 2.932,8 milhões de CVE em 2026, conforme projetada na POE/2026. Este montante corresponde a cerca de 0,9 por cento do PIB, representando uma ligeira redução em relação ao valor estimado para 2025, projetado em 1,06 por cento do PIB. Esta melhoria reflete o esforço de consolidação orçamental em curso.

Tabela 9: Necessidades de financiamento, em milhões de CVE

Necessidades de Financiamento	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)	Valor	%
	2025 (OE)		2026(OE)		Var. 2025/26	
Financiamento	5 482	67%	2 933	36%	-2 549	-46%
Ativos Financeiros	-1 116	-14%	-866	-11%	250	-22%
Depósitos	1 504	18,4%	1 863	22,8%	359	23,9%
Reembolso de Empréstimo de Retrocessão	302	3,7%	300	3,7%	-2	-0,7%
Concessão de Empréstimo de Retrocessão	-998	-12,2%	-442	-5,4%	556	-55,7%
Ações e Outras Participações Mi Aquisições	-2 800	-34,2%	-2 700	-33,0%	100	-3,6%
Empréstimos concedidos	-75	-0,9%	-75	-0,9%	0	0,0%
Outros Ativos	951	11,6%	188	2,3%	-763	-80,2%
Passivos Financeiros	6 598	81%	3 799	46%	-2 199	-42%
Financiamento doméstico líquido	4 713	58%	5 786	71%	1 073	23%
Financiamento externo líquido	1 885	23%	-1 387	-17%	-3 272	-174%
Desembolsos	12 770	156%	9 895	121%	-2 875	-23%
Amortização	-10 885	-133%	-11 282	-138%	-397	4%
Depósitos Certf. Deposito Poupan. Pme Aquisições	0	0%	0	0%	0	

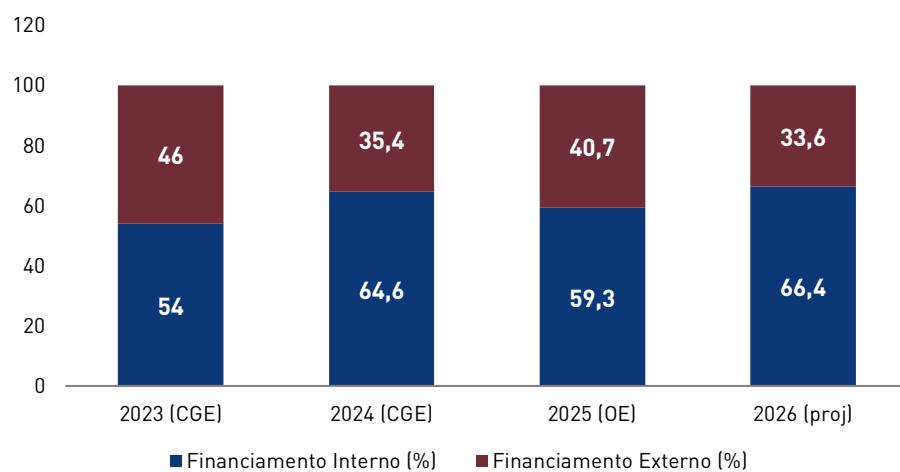
Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026.Cálculos do CFP

Conforme o anexo informativo da POE/2026, o Governo pretende, para cobrir o défice orçamental de 2026 e as necessidades de tesouraria, contratar 29.448,2 milhões de CVE, dos quais 33,6 por cento (9.894,7 milhões de CVE) provirão de dívida externa e 66,4 por cento (19.553,6 milhões de CVE) de emissões de títulos do Tesouro no mercado doméstico. Não obstante a contratação bruta projetada (29.448,2 M CVE), o financiamento externo líquido em 2026 deverá ser negativo (-0,43 por cento do PIB), refletindo amortizações superiores às novas entradas externas; já o financiamento interno líquido deverá ser positivo (1,77 por cento do PIB), coerente com a maior predominância de emissões domésticas na estrutura de financiamento.

As fontes externas de financiamento serão, sobretudo, parceiros multilaterais e bilaterais que oferecem créditos em condições concessionais, enquanto o endividamento interno será realizado por meio de emissões de títulos de curto, médio e longo prazos, visando o equilíbrio da tesouraria e a contrapartida nacional para projetos financiados externamente, respeitando o limite orçamental estabelecido.

O gráfico 13 evidencia a evolução da composição das necessidades de financiamento do Estado no período 2023–2026, distinguindo entre fontes internas e externas. A análise dos dados revela três tendências principais: a progressiva redução do volume total de financiamento líquido, a predominância crescente do financiamento interno e a consolidação da dependência de parceiros multilaterais nas operações externas.

Gráfico 13: Estrutura das Necessidades de Financiamento (Interno Vs Externo, 2023 a 2026)



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

A componente interna do financiamento aumenta de 54 por cento em 2023 para 66,4 por cento em 2026, tornando-se a principal fonte de cobertura das necessidades orçamentais.

Este comportamento traduz:

- o maior recurso ao mercado doméstico (emissões de bilhetes e obrigações do Tesouro);

- a redução do espaço para financiamento externo novo; e
- uma maior autonomia de tesouraria, ainda que acompanhada de riscos.

Embora positivo do ponto de vista da gestão interna de liquidez, este padrão implica uma maior exposição do sistema bancário ao risco soberano e potencia efeitos de *crowding out*, reduzindo o crédito disponível para o setor privado. Além disso, o aumento do peso das emissões internas pode elevar o custo médio ponderado da dívida, dado o encarecimento das taxas de juro domésticas.

A componente externa deverá reduzir-se de 46,0 por cento em 2023 para cerca de 33,0 por cento em 2026, refletindo a normalização do apoio dos parceiros internacionais após a pandemia e o foco em financiamento concessionário. Este financiamento provém essencialmente de instituições multilaterais e bilaterais, em condições altamente favoráveis (prazo longo, taxa baixa e período de carência). Assim, embora o peso relativo do financiamento externo diminua, o seu perfil qualitativo torna-se mais sustentável, contribuindo para a redução dos riscos cambiais e de refinanciamento.

Adicionalmente, o referido Anexo Informativo refere-se às operações de retrocessão de empréstimos, designadamente financiamentos obtidos pelo Estado junto dos parceiros internacionais e posteriormente transferidos (ou retrocedidos) a entidades públicas beneficiárias, como a ELECTRA, a ENAPOR e o NOSI, no montante total de 1.407,4 milhões de CVE em 2024, 997,6 milhões em 2025 e 442 milhões em 2026.

Estas operações, embora não constituam despesa orçamental direta, impactam o perfil da dívida pública e refletem a função do Estado como intermediário financeiro, garantindo o acesso a financiamento concessionário para projetos estratégicos em infraestruturas e serviços públicos.

Tabela 10: Empréstimos de retrocessão (milhões de CVE)

Programa de Investimento- Retrocessão	Financiador	Beneficiários	2024	2025	2026
Segunda Fase Parque Tecnológico	BAD	NOSI	455,2	809,1	442,0
Dessalinizadora Boa Vista	Áustria	ELETTRA	808,9	116,1	-
Modernização e Expansão Porto Maio	BAD	ENAPOR	143,3	72,4	-
TOTAL			1 407,4	997,6	442,0

Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026.Cálculos do CFP

O volume ainda elevado de financiamento necessário — superior a 29 mil milhões de CVE — mantém pressão sobre a dívida pública e limita o espaço fiscal. A predominância de financiamento interno (66 por cento) aumenta o risco de encarecimento do serviço da dívida e de restrição do crédito ao setor privado. Perante tal situação, o CFP recomenda o reforço da estratégia de gestão da dívida, privilegiando fontes concessionais e consolidando o equilíbrio orçamental de forma estrutural e sustentável.

3.6 RISCOS ORÇAMENTAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

A avaliação da sustentabilidade orçamental de médio prazo exige a identificação e monitorização dos riscos orçamentais que podem afetar a execução das finanças públicas e comprometer as metas fiscais. Estes riscos decorrem tanto de fatores macroeconómicos, tais como choques externos, variações de preços internacionais, flutuações cambiais ou desastres naturais, como de fatores orçamentais e institucionais, designadamente passivos contingentes, operações extraorçamentais e responsabilidades implícitas do Estado.

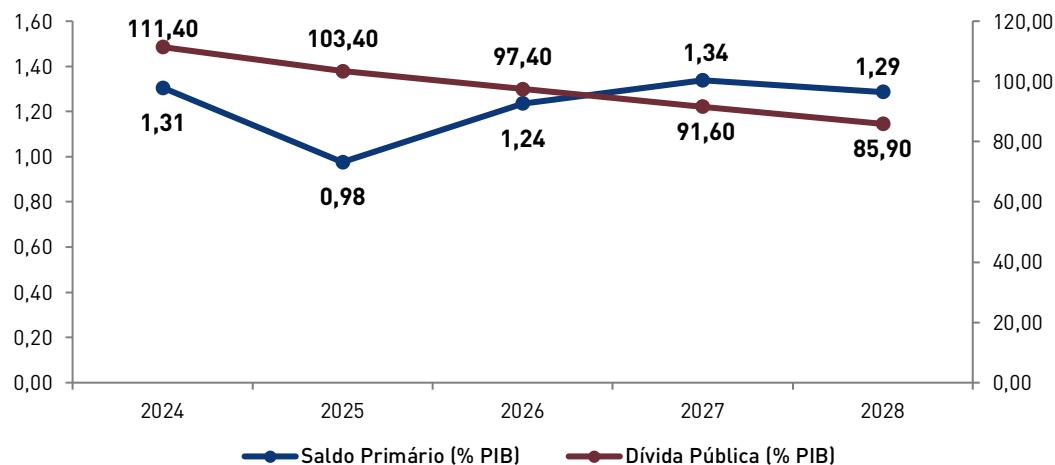
Na Declaração de Riscos Orçamentais da POE/2026 são identificados os principais fatores estruturais de risco e quantificado o seu impacto potencial sobre o orçamento. O documento inclui uma análise de sensibilidade com dois cenários — base e de risco — cuja elaboração o CFP considera fundamental para uma apreciação mais rigorosa da política orçamental e da sustentabilidade das finanças públicas.

3.7 SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTAL DE MÉDIO PRAZO

O rácio dívida/PIB entrou em trajetória descendente desde 2023 e o efeito $(r-g)$ negativo projetado para 2025–2026 cria uma janela para reduzir a dívida desde que o saldo primário continue a melhorar. A trajetória projetada para 2024–2028 confirma que a política orçamental mantém uma orientação de consolidação compatível com a sustentabilidade de médio prazo. O rácio da dívida pública em percentagem do PIB deverá continuar a descer de forma contínua, passando de 111,4 por cento em 2024 para 85,9 por cento em 2028 (gráfico 15). Esta evolução reflete o impacto conjunto de saldos primários positivos, de um crescimento nominal do produto superior ao custo médio da dívida e de uma gestão prudente do endividamento público. Importa, contudo, sublinhar que esta trajetória favorável assenta em pressupostos macroeconómicos exigentes, nomeadamente, um crescimento nominal robusto, estabilidade cambial e manutenção de condições concessionais de financiamento, cuja concretização depende da evolução do contexto externo e da resiliência interna da economia.

Em paralelo, o saldo primário deverá manter-se consistentemente superavitário, situando-se em 1,31 por cento do PIB em 2024, recuando ligeiramente para 0,98 por cento em 2025, e voltando a crescer para 1,24 por cento em 2026, 1,34 por cento em 2027 e 1,29 por cento em 2028. Estes resultados evidenciam a capacidade do Estado de financiar as suas despesas correntes sem recurso a novo endividamento, reforçando a sustentabilidade fiscal e a margem de manobra orçamental.

Gráfico 14: Saldo primário (percentagem do PIB) e Dívida pública (percentagem do PIB), 2024–2028



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

Caixa 1 – Leitura do Gráfico 1: Saldo Primário e Dívida Pública (percentagem do PIB, 2024–2028)

O gráfico 14 evidencia a trajetória sustentável e convergente das finanças públicas no horizonte 2024–2028.

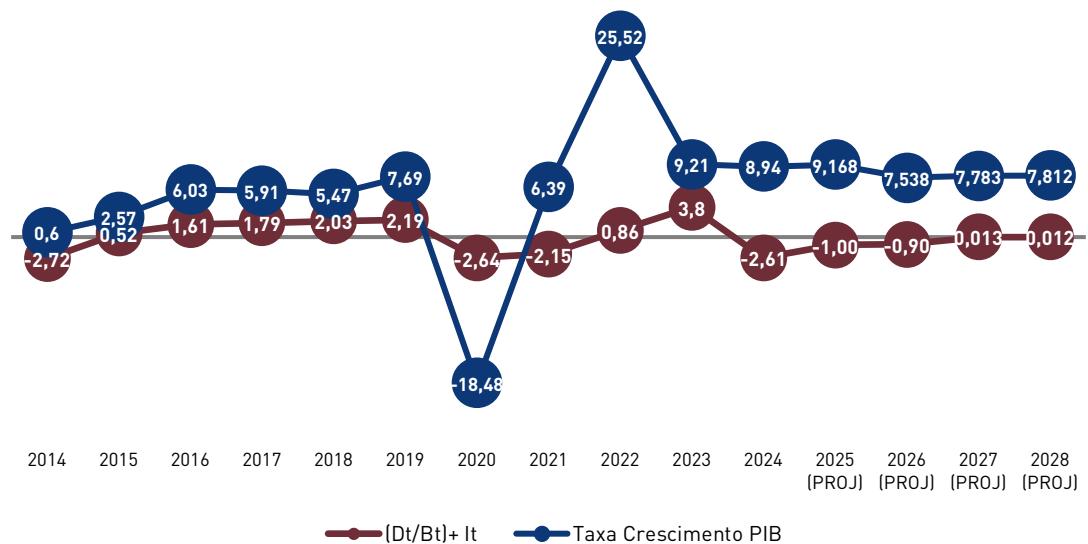
Dívida pública (em percentagem do PIB): mantém uma tendência descendente contínua, passando de 111,4 por cento em 2024 para 85,9 por cento em 2028, o que representa uma redução acumulada de 25,5 pontos percentuais do PIB.

Saldo primário (em percentagem do PIB): mantém-se superavitário em todo o período, oscilando entre 0,98 por cento e 1,34 por cento, refletindo a disciplina fiscal e a capacidade de autofinanciamento do Estado.

A divergência positiva entre ambas as trajetórias, dívida em queda e saldo primário positivo, confirma a sustentabilidade orçamental de médio prazo, sustentada por crescimento económico nominal robusto, juros estabilizados e gestão prudente da dívida.

A análise técnica da sustentabilidade da dívida pública no período de 2015 a 2028 assenta na comparação entre a soma $\frac{D_t}{B_t} + i_t$ que reflete a pressão da dívida, e a taxa de crescimento nominal do PIB. Quando o crescimento nominal do PIB é superior a essa pressão e o saldo primário for positivo, a dívida tende a ser sustentável, pois a economia cresce mais rapidamente do que os encargos com a dívida.

Gráfico 15: Sustentabilidade da Dívida: $(Dt/Bt)+It$ vs. Crescimento Nominal do PIB



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

$$\frac{D_t}{B_t} + i_t < g_t$$

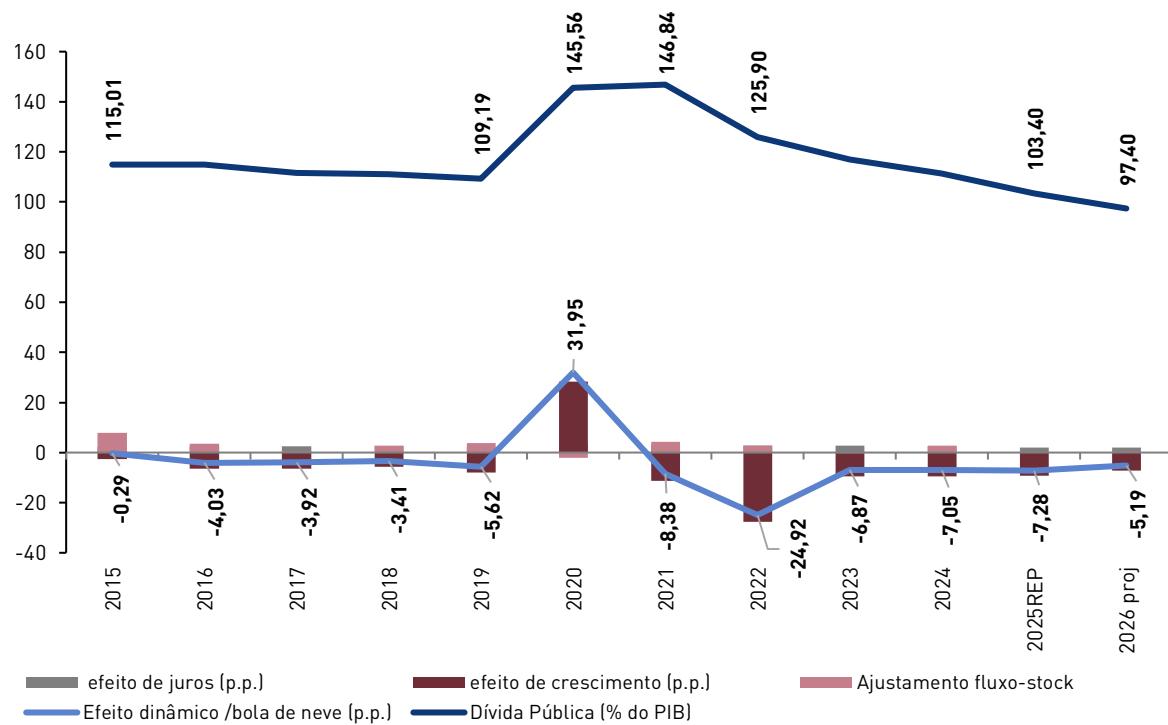
Onde:

- D_t = Défice primário no ano t
- B_t = Stock da dívida no ano t
- i_t = Taxa média de juro da dívida
- g_t = Crescimento nominal do PIB

No horizonte 2024–2028, o diferencial médio entre o crescimento nominal e o custo implícito da dívida ($r-g$) deverá situar-se em torno de -2 p.p., gerando um efeito dinâmico favorável sobre o rácio da dívida. Todavia, uma desaceleração do crescimento real ou um aumento das taxas de juro internacionais poderá inverter esta tendência, o que aconselha uma monitorização contínua da sensibilidade das projeções.

A decomposição da variação da dívida confirma que a redução observada é explicada, sobretudo, pelo efeito dinâmico favorável (diferença positiva entre o crescimento nominal do PIB e a taxa de juro implícita), complementado pela manutenção de superavits primários e pela estabilização dos juros em torno de 2,1 por cento do PIB. Em contrapartida, os ajustamentos défice-dívida e as variações fluxo-stock têm impacto residual, não comprometendo a trajetória descendente do rácio da dívida, tabela 7.

Gráfico 16: Efeito bola de neve



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP.

Ainda assim, os riscos associados aos passivos contingentes, designadamente das empresas públicas e parcerias público-privadas, devem ser incluídos na avaliação da sustentabilidade, dado o seu potencial para alterar o perfil da dívida em cenários adversos.

O exercício de projeção para o médio prazo indica que, mantidas as atuais premissas de crescimento económico e de disciplina fiscal, a dívida pública deverá reduzir-se em 25,5 pontos percentuais do PIB entre 2024 e 2028, atingindo um patamar inferior a 90,0 por cento do PIB em 2028, gráfico 15. Este cenário traduz um reforço estrutural da sustentabilidade da dívida, com ganhos visíveis na confiança dos mercados e no perfil de risco do Estado.

No plano operacional, a política de financiamento deverá continuar a apoiar-se em emissões internas de médio e longo prazos, conjugadas com créditos concessionais externos, o que permitirá atenuar riscos de refinanciamento e reduzir o custo médio do serviço da dívida. É, contudo, essencial acompanhar a evolução da composição por moeda e da maturidade média, de modo a conter riscos cambiais e a assegurar previsibilidade no serviço da dívida.

Para o CFP, a consolidação fiscal observada cria condições para uma redução sustentada do rácio da dívida e uma maior resiliência das finanças públicas, coerente com as metas de médio prazo e assente na combinação de superávits primários, crescimento nominal robusto e estratégia de financiamento prudente. Contudo, a

sustentabilidade de médio prazo não deve ser interpretada como garantida, dependendo de três pilares fundamentais:

1. Manutenção de superávits primários estruturais e não apenas conjunturais;
2. Gestão ativa e prudente da dívida, com mitigação dos riscos de taxa de juro, de câmbio e de refinanciamento; e
3. Capacidade de resposta orçamental a choques externos e climáticos, preservando a credibilidade fiscal.

4 AFETAÇÃO DOS RECURSOS E O QUADRO DA DESPESA

A análise da afetação dos recursos públicos para o período 2024-2026 permite compreender as opções estratégicas do Governo no âmbito da execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II) e a sua articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O comportamento da despesa pública neste horizonte reflete a passagem de uma fase expansionista e de recuperação pós-pandemia, marcada por elevados investimentos em infraestruturas, digitalização e capital humano, para uma fase de consolidação fiscal orientada para a sustentabilidade e a eficiência da despesa pública.

A evolução das dotações orçamentais evidencia um esforço de priorização setorial, com maior peso nas políticas sociais — saúde, educação, habitação e igualdade de género — em detrimento de áreas de investimento intensivo, cuja execução atinge o seu ponto de maturidade em 2025. Simultaneamente, observa-se uma reconfiguração das fontes de financiamento, com reforço do financiamento interno e redução progressiva da dependência de empréstimos e donativos externos, em linha com a estratégia de estabilização da dívida pública e de fortalecimento da autonomia orçamental.

Neste contexto, as secções seguintes analisam a evolução da despesa por pilar e por programa, evidenciando o contributo de cada área para o cumprimento das metas do PEDS II e a sua composição por fontes de financiamento, destacando o equilíbrio na utilização de recursos internos e externos, bem como o impacto das opções de política fiscal na sustentabilidade orçamental a médio prazo.

4.1 POR PILAR E POR PROGRAMAS

A tabela 11 apresenta a variação das despesas previstas entre 2024 e 2026, segundo os pilares e os programas do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II), os quais se encontram alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

Tabela 11: Variação das despesas por pilar e por programa, em milhões de CVE

Pilar (Eixo)/Programa	2026 (POE)	2025 (OE)	2024 (OE)	2025/2026	2024/2025
Total	95 675	97 911	85 949	-2,28%	13,92%
AMBIENTE	3 483	4 764	4 775	-26,89%	-0,23%
AMBIENTE, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE	779	791	732	-1,55%	8,01%
AÇÃO CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA	579	759	970	-23,67%	-21,74%
ÁGUA E SANEAMENTO	2 125	3 214	3 073	-33,89%	4,59%
ECONOMIA	12 569	14 155	12 973	-11,20%	9,11%
CABO VERDE PLATAFORMA AÉREA	78	71	44	9,99%	62,80%
CABO VERDE PLATAFORMA DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	143	116	68	22,76%	70,09%
CABO VERDE PLATAFORMA DIGITAL E DA INOVAÇÃO	515	852	1 828	-39,56%	-53,43%
CABO VERDE PLATAFORMA DO DESPORTO	455	416	287	9,42%	44,80%
CABO VERDE PLATAFORMA DO TURISMO	1 978	1 850	1 640	6,93%	12,77%
CABO VERDE PLATAFORMA MARÍTIMA	1 556	1 909	1 733	-18,50%	10,12%
DESENVOLVIMENTO DA CULTURA E DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS	365	564	368	-35,36%	53,29%
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	111	129	109	-14,22%	18,56%
INFRAESTRUTURAS MODERNAS E SEGURAS	3 418	4 005	2 791	-14,67%	43,51%
PROGRAMA NACIONAL DA CIÊNCIA	499	423	414	17,93%	2,16%
PROGRAMA NACIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA	1 830	1 833	1 363	-0,17%	34,45%
PROGRAMA SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	292	392	788	-25,34%	-50,32%
TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA	1 330	1 594	1 538	-16,61%	3,66%
ESTADO SOCIAL	62 794	59 166	54 858	6,13%	7,85%
DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	13 213	12 709	10 815	3,97%	17,51%
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE SAUDE	9 891	8 455	7 637	16,99%	10,71%
GESTAO E ADMINISTRACAO GERAL	19 583	18 870	17 559	3,78%	7,47%
HABITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DO TERRITÓRIO	6 807	6 357	6 364	7,07%	-0,10%
PROMOCAO DA IGUALDADE E EQUIDADE DO GENERO	184	88	72	109,23%	21,56%
PROTEÇÃO SOCIAL	13 117	12 687	12 411	3,39%	2,22%
SOBERANIA	16 830	19 827	13 343	-15,12%	48,60%
DIPLOMACIA CABO-VERDIANA NOVO PARADIGMA	2 081	1 958	1 642	6,30%	19,22%
DIÁSPORA CABO-VERDIANA-UMA CENTRALIDADE	91	105	87	-13,54%	20,74%
GOVERNANÇA E DEMOCRACIA	3 166	2 329	2 022	35,91%	15,22%
JUSTIÇA E PAZ SOCIAL	3 063	2 853	2 564	7,34%	11,26%
MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	977	5 434	610	-82,03%	791,49%
REFORÇO DA SEGURANÇA NACIONAL	7 453	7 148	6 418	4,27%	11,37%

Fonte: OE2024, OE2025 e POE 2026 [Mapa 7]. Cálculos do CFP

O pilar Estado Social mantém-se como o eixo central da política orçamental, devendo crescer 6,1% e representando cerca de dois terços da despesa total. A prioridade dada à saúde (+17%), educação e proteção social confirma uma orientação redistributiva e pró-equidade. O reforço das carreiras públicas e o aumento de transferências sociais e programas habitacionais explicam uma parte significativa do acréscimo, sinalizando uma pressão orçamental crescente sobre a despesa corrente, com implicações para a sustentabilidade fiscal a médio prazo.

De realçar que a evolução prevista para 2026 aponta para um ajustamento fiscal mais quantitativo do que qualitativo, centrado na redução de investimentos e não na revisão estrutural da despesa. A concentração orçamental no pilar social confirma o compromisso com o capital humano, mas levanta desafios de eficiência, sustentabilidade e produtividade pública. Em contrapartida, a retração do investimento económico e ambiental pode limitar o potencial de crescimento futuro e a capacidade de resposta a riscos climáticos e externos, reforçando a necessidade de planeamento plurianual e diversificação das fontes de financiamento.

4.2 POR FONTES DE FINANCIAMENTO

Conforme o anexo informativo da POE/2026, a tabela 12 apresenta a estrutura e a variação das fontes de financiamento do Orçamento do Estado 2024-2026, mostrando uma clara transição de um modelo expansionista em 2025 para uma fase de consolidação prevista para 2026.

Tabela 12: Despesas por tipo de financiamento, em milhões de CVE

Financiamento	2024 (CGE)	2025 (REP)	2026 (POE)	Variação %		em % PIB	
				2024-2025	2025-2026	2025	2026
Interno	65 302	80 775	81 296	23,69%	0,65%	26,64%	24,93%
Tesouro	64 517	79 331	80 094	22,96%	0,96%	26,16%	24,56%
Outros Fundos Nacionais	786	1 444	1 201	83,83%	-16,83%	0,48%	0,37%
Externo	7 467	17 136	14 379	129,49%	-16,09%	5,65%	4,41%
Donativo	3 138	5 330	4 899	69,85%	-8,09%	1,76%	1,50%
Empréstimo	4 231	11 773	9 453	178,28%	-19,71%	3,88%	2,90%
FCF (ajuda alimentar)	97,9	33	28	-66,29%	-15,15%	0,01%	0,01%
Total Despesas	72 769	97 911	95 675	34,55%	-2,28%	32,29%	29,34%

Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Cálculos do CFP.

O financiamento interno mantém-se como principal fonte de cobertura da despesa (24,93 por cento do PIB e 84,97 por cento do peso na POE/2026), crescendo 23,69 por cento entre 2024 e 2025, impulsionado pelo aumento da captação de recursos do Tesouro e pela emissão de títulos públicos para financiar o investimento e o impacto das novas carreiras da função pública. Em 2026, a variação deverá ser residual (+0,65 por cento), indicando uma estabilização do financiamento interno, resultado do controlo da despesa corrente e da redução do recurso a novas emissões.

O financiamento externo mais do que duplica em 2025 (129,49 por cento), impulsionado pela entrada de empréstimos concessionais e donativos plurianuais do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), de Luxemburgo e do Banco Mundial destinados a projetos nos setores de energia, transportes e digitalização. Em 2026, prevê-se uma redução de 16,09 por cento explicada sobretudo por uma diminuição de 19,71 por cento nos empréstimos e 8,09 por cento nos donativos, associada à conclusão de grandes projetos de investimento (Parque Tecnológico, portos e programas energéticos). Esta moderação está alinhada à estratégia de gestão prudente da dívida, que prevê a queda do rácio dívida/PIB para 97,4 por cento em 2026.

A variação global (-2,28 por cento nas despesas) confirma um ajustamento fiscal planeado, com menor dependência de financiamentos externos e estabilização da dívida pública. O padrão previsto para 2026 traduz um reequilíbrio entre sustentabilidade e eficiência orçamental, privilegiando fontes internas estáveis e reduzindo o peso de créditos e donativos externos na estrutura do financiamento do Estado.

5 ORÇAMENTO NA PERSPECTIVA DE GÉNERO

Segundo o conceito, o Orçamento na perspetiva de Género é uma ferramenta de política fiscal que se baseia na premissa de que orçamentos públicos (receitas e despesas) afetam homens e mulheres de maneira diferente. O seu objetivo é eliminar essas desigualdades e promover a igualdade de género (OCDE)¹⁰. Assim e, segundo a definição, o Orçamento de Género é uma iniciativa de orçamento estratégico que trabalha para aumentar a participação das mulheres na força de trabalho. A iniciativa é estratégica porque busca usar a política fiscal como motor para corrigir desequilíbrios sociais (como a baixa participação feminina no mercado de trabalho) que têm consequências económicas negativas.

No caso de Cabo Verde, a Lei n.º 55/IX/2019, de 1 de julho, reforça o compromisso do país com a igualdade de género, por meio de políticas, ferramentas tecnológicas e do sistema “*Gender Marker*” no SIGOF, garantindo o uso justo e transparente dos recursos públicos e incorporando esta dimensão nos classificadores e nos mapas orçamentais, com a alocação de verbas específicas para promover a igualdade entre mulheres e homens. No que se refere à integração da perspetiva de género, a POE/2026 mantém a inclusão de dotações específicas e transversais destinadas à promoção da igualdade, em conformidade com as orientações do Orçamento Sensível ao Género e com o Plano Nacional para a Igualdade de Género e Equidade Social. Estas medidas visam reforçar a presença feminina no mercado de trabalho, apoiar o empreendedorismo das mulheres e promover o acesso equitativo a oportunidades económicas, sociais e educativas.

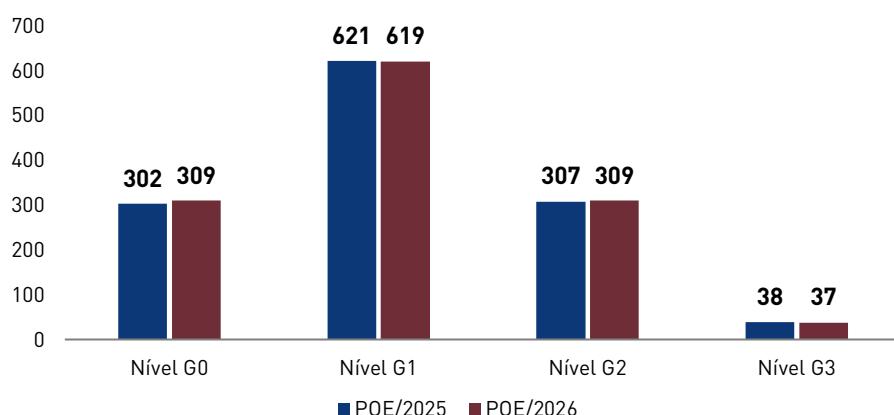
Essa abordagem está alinhada com o Programa do Governo “Cabo Verde Ambição 2030” e com o PEDS II e visa eliminar a discriminação de género e impulsionar o desenvolvimento sustentável. No entanto, para o pleno alcance dos seus objetivos, será essencial que o Governo e a sociedade civil mantenham um compromisso contínuo, garantindo a implementação eficiente das medidas e o monitoramento dos resultados ao longo do tempo.

O objetivo geral do exercício orçamental é reforçar a consolidação orçamental e promover uma gestão financeira responsável, garantindo que os recursos públicos estejam alinhados com as prioridades estratégicas do país. A metodologia utilizada baseia-se no sistema de marcadores de género do Pro PALOP-TL ISC, que permite classificar os projetos e unidades orçamentais de acordo com o grau de integração da dimensão de género, garantindo que o orçamento reflita efetivamente o compromisso com a igualdade de género.

O sistema apresenta quatro níveis de classificação (G0 a G3), que medem o grau de integração da dimensão de género nos projetos orçamentais. Na POE/2026, prevê-se classificar 1.274 projetos e unidades orçamentais, o que representa um aumento de 0,47 por cento em relação ao ano anterior (1.268 projetos). Importa referir que o aumento verificado se deve essencialmente ao aumento dos projetos de nível G0 (projeto que não integra género), gráfico 17.

¹⁰ <https://www.oecd.org/en/topics/gender-budgeting.html>

Gráfico 17: Evolução dos projetos segundo os sistemas de marcadores de género, 2025-2026



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP

Tabela 13: Aplicação do Sistema de Marcadores de Género POE 2024-2026

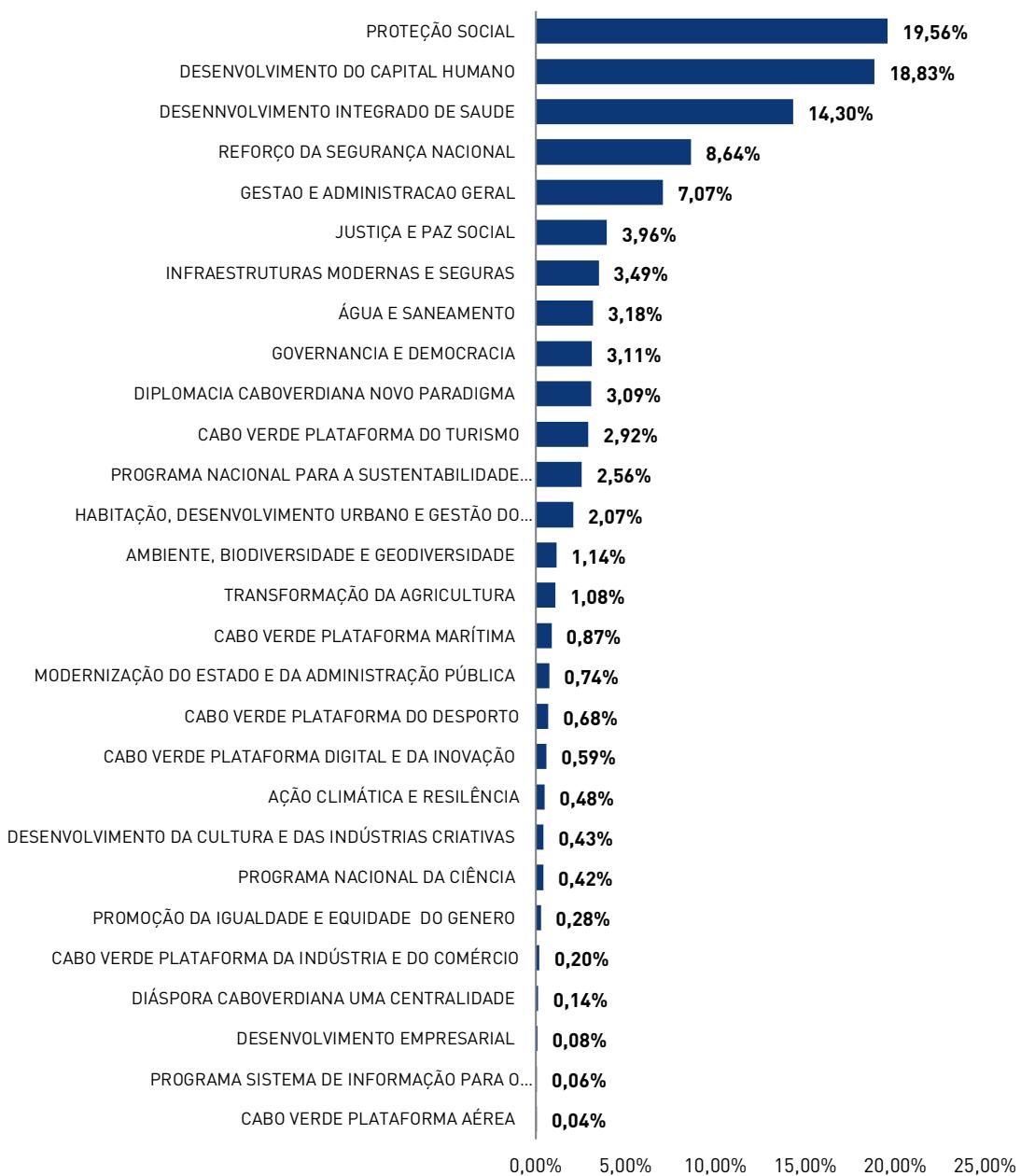
Nível	Descrição	POE/2024		POE/2025		POE/2026		Variação em percentagem		Variação em percentagem do PIB	
		CVE	PESO	CVE	PESO	CVE	PESO	2024-2025	2025-2026	2025	2026
Nível G0	Projeto que ainda não integra género	26 656	31,0%	26 749	27,3%	28 913	30,2%	0,3%	8,1%	8,8%	8,9%
Nível G1	Projeto com alguma intervenção para promoção da igualdade de género	37 522	43,7%	47 770	48,8%	43 646	45,6%	27,3%	-8,6%	15,8%	13,4%
Nível G2	Projeto com componente para a promoção de igualdade de género	20 336	23,7%	21 891	22,4%	21 230	22,2%	7,6%	-3,0%	7,2%	6,5%
Nível G3	Projeto de promoção de igualdade de género	1 436	1,7%	1 501	1,5%	1 886	2,0%	4,5%	25,6%	0,5%	0,6%
Total Geral		85 950	100%	97 911	100%	95 675	100%	13,9%	-2,3%	32,3%	29,3%

Fonte: Ministério das Finanças. Cálculos do CFP

A análise da POE/2026 na Perspetiva de Género (OPG) demonstra progressos institucionais, mas também desafios na integração efetiva da dimensão de género na política fiscal. A manutenção do sistema de marcadores de género (G0-G3) e o aumento do número de projetos classificados refletem um compromisso com a transparência e o alinhamento às boas práticas internacionais (OCDE, PRO PALOP-TL).

Contudo, a redução da despesa sensível ao género de 32,3 por cento para 29,3 por cento do PIB entre 2025 e 2026 indica uma contração orçamental nesta área. O aumento dos projetos G0 (sem enfoque de género) e a diminuição dos níveis G1 e G2 revelam uma fragilidade na transversalização da perspectiva de género no planeamento macroeconómico. Embora o nível G3 deverá aumentar de 25,6 por cento, o seu peso continua residual (0,6 por cento do PIB). A distribuição setorial reforça o predomínio das funções sociais — proteção social, saúde e capital humano — mas evidencia subfinanciamento de programas diretamente voltados para a igualdade (0,3 por cento) e fraca alocação a setores económicos transformadores, como a agricultura e a indústria.

Gráfico 18: Aplicação do género na POE/2026 por programa PEDS II



Fonte: Ministério das Finanças. POE/2026. Elaborado pelo CFP

6 ORÇAMENTO NA PERSPECTIVA CLIMÁTICA

O orçamento na perspectiva climática refere-se à utilização de ferramentas do processo orçamental para compreender melhor o impacto ambiental das opções de despesa, garantindo que os orçamentos públicos estejam alinhados com os objetivos climáticos e ambientais.

A POE/2026 introduz, pela primeira vez, uma abordagem climática explícita, refletindo o crescente reconhecimento da importância das políticas ambientais e de resiliência como parte integrante da estratégia orçamental e do desenvolvimento sustentável do país. A inclusão de marcadores climáticos e de um anexo específico dedicado a esta temática constitui um avanço relevante no alinhamento das finanças públicas com os compromissos internacionais de Cabo Verde em matéria de mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente no quadro do Acordo de Paris e dos ODS.

O CFP enaltece esta inovação, considerando que a integração da dimensão climática na POE/2026 permite reforçar a coerência entre as políticas orçamentais e ambientais, bem como aumentar a transparência na afetação e monitorização dos recursos destinados a ações de mitigação e adaptação. Esta abordagem cria as bases para a implementação de um orçamento sensível ao clima mais detalhado, instrumento fundamental para avaliar os impactos ambientais das decisões fiscais e assegurar uma gestão sustentável das finanças públicas a médio e longo prazos. Importa, sobretudo, avaliar os riscos que as alterações climáticas (secas, cheias, subida do nível do mar e alterações nos oceanos) podem representar para o orçamento em caso de sua materialização. Como forma de mitigação destes riscos, devem ser concebidos programas e projetos específicos com relevância climática. A identificação clara desses programas e projetos contribui para atrair financiamento verde. Deste modo, o CFP considera que a POE/2026 dá um passo significativo rumo a um modelo de planeamento orçamental mais integrado, resiliente e orientado para a sustentabilidade, capaz de responder aos desafios do desenvolvimento num contexto de crescente vulnerabilidade climática.

De acordo com a POE/2026, os recursos destinados ao Programa de Ação e Resiliência, enquadrado no PEDS II, ascendem a cerca de 579 milhões de CVE. Deste montante, 68 milhões (11,7 por cento) provêm de donativos e 511 milhões (88,3 por cento) do Tesouro Nacional, abrangendo receitas correntes internas e receitas consignadas. Esta dotação evidencia o esforço do Estado em reforçar a capacidade institucional e operacional do país face aos desafios climáticos e ambientais. No plano de execução, destacam-se várias iniciativas estratégicas: o Cabo Verde *Atmospheric Observatory* (19 milhões de CVE), o Projeto SOFF (49 milhões de CVE), a Manutenção da Qualidade do Ar (22 milhões de CVE), o Reforço da Capacidade Institucional (12 milhões de CVE) e o Reforço da Capacidade de Monitorização Geofísica (+ de 5 milhões de CVE). Acrescem, ainda, o Projeto do Sistema Integrado de Informação Atmosférica para Monitorização e Prevenção de Riscos Climáticos e Ambientais (+ de 6 milhões de CVE), a melhoria do

funcionamento do INMG (188 milhões de CVE) e o Fundo Nacional de Emergência (cerca de 45 milhões de CVE).

O Relatório das Despesas Climáticas, anexo à POE/2026, apresenta um enquadramento financeiro mais amplo, totalizando 3.337,48 milhões de CVE. Deste valor, 1.726,21 milhões de CVE destinam-se à mitigação, 1.152,12 milhões de CVE à adaptação e 456,15 milhões de CVE a projetos com dupla finalidade (mitigação e adaptação). Esta diferença reflete a transversalidade das despesas climáticas, distribuídas por vários programas e setores.

Em termos estratégicos, a POE/2026 evidencia a aposta de Cabo Verde na resiliência climática e na sustentabilidade ambiental, integrando ações de reforço institucional, monitorização atmosférica, prevenção de riscos e resposta a emergências.

ANEXOS

ANEXO I: STOCK DE GARANTIAS E AVALES DO ESTADO

	Stock Garantias e Avales						Variação Montante			Variação %		
	2021	2022	2023	2024	Peso 2024	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2021/2022	2022/2023	2023/2024	
TOTAL	24 401,00	26 676,30	26 628,50	24 819,60	100,0%	2275,3	-47,8	-1 808,90	9,32%	-0,18%	-6,79%	
SETOR PÚBLICO (1)+(2)	20 800,20	22 756,70	24 382,40	22 727,80	93,2%	1956,5	1625,7	-1 654,60	9,41%	7,14%	-6,79%	
SEE (1)	20 418,50	22 283,50	23 994,20	22 353,00	90,1%	1865	1710,7	-1 641,20	9,13%	7,68%	-6,84%	
TACV	5 826,20	6 116,70	6 352,80	5 687,00	22,9%	290,5	236,1	-665,80	5,0%	3,9%	-10,5%	
Electra	4 765,20	5 734,70	5 904,00	5 653,30	22,8%	969,5	169,3	-250,70	20,3%	3,0%	-4,2%	
CABO VERDE FAST FERRY					0,0%	0	0	-				
ENAPOR	58,00	34,80	10,50	-	0,0%	-23,2	-24,3	-10,50	-40,0%	-69,8%	-100,0%	
IFH	1 248,40	664,60	350,00	87,50	0,4%	-583,8	-314,6	-262,50	-46,8%	-47,3%	-75,0%	
Novo Banco					0,0%	0	0	-				
Aguas de Porto Novo [APN]					0,0%	0	0	-				
Aguas de Santiago [ADS]	774,40	972,60	1 085,80	1 047,30	4,2%	198,2	113,2	-8,50	25,6%	11,6%	-3,5%	
Aguas e Energia da Boavista [AEB]	247,00	742,60	787,80	999,20	4,0%	495,6	45,2	211,40	200,6%	6,1%	26,8%	
CERMI	16,30	14,00	12,40	10,50	0,0%	-2,3	-1,6	-1,90	-14,1%	-11,4%	-15,3%	
ASA	-	-	1 270,60	1 198,80	4,8%	0	1270,6	-71,80			-5,7%	
Startup Jovem					0,0%	0	0	-				
SDTIBM	582,10	746,90	1 178,90	1 258,50	5,1%	164,8	432	79,60	28,3%	57,8%	6,8%	
NEWCO	3 721,70	3 465,70	3 408,00	3 094,30	12,5%	-256	-57,7	-313,70	-6,9%	-1,7%	-9,2%	
ICV	202,30	842,20	690,10	530,30	2,1%	639,9	-152,1	-159,80	316,3%	-18,1%	-23,2%	
SCS	-	19,10	18,60	-	0,0%	19,1	-0,5	-18,60		-2,6%	-100,0%	
RTC	110,00	110,00	110,00	110,00	0,4%	0	0	-	0,0%	0,0%	0,0%	
NOSI	51,00	40,50	129,50	105,70	0,4%	-10,5	89	-23,80	-20,6%	219,8%	-18,4%	
INCV	54,70	142,20	253,00	250,80	1,0%	87,5	110,8	-2,20	160,0%	77,9%	-0,9%	
CVTELECOM	2 243,40	2 120,80	1 916,10	1 913,30	7,7%	-122,6	-204,7	-2,80	-5,5%	-9,7%	-0,1%	
CV Interilhas	517,80	516,10	516,10		0,0%	-1,7	0	-516,10	-0,3%	0,0%	-100,0%	
CABNAVE				56,50	0,2%			56,50			100,0%	
AEM				50,00	0,2%			50,00			100,0%	
EDEC				300,00	1,2%			300,00			100,0%	
MUNICÍPIOS (2)	381,70	473,20	388,20	374,80	1,5%	91,5	-85		24,0%	-18,0%	-3,5%	
CM Porto Novo	63,20	44,60	44,30	63,00	0,2%	-18,6	-0,3		-29,4%	-0,7%	42,2%	
CM São Vicente	191,50	178,90	119,60	138,00	0,4%	-12,6	-59,3		-6,6%	-33,1%	15,4%	
CMSanta Catarina	31,50	-	-	88,50	0,0%	-31,5	0		-100,0%		100,0%	
CM Paul	72,50	50,00	43,00		0,2%	-22,5	-7		-31,0%	-14,0%	-100,0%	
CM São Nicolau	15,30	47,70	38,30		0,1%	32,4	-9,4		211,8%	-19,7%	-100,0%	
CM Sal	-	50,00	44,80		0,2%	50	-5,2		100,0%	-10,4%	-100,0%	
CM SMiguel	7,70	80,00	80,00		0,3%	72,3	0		939,0%	0,0%	-100,0%	
CM Mosteiros	-	22,00	18,20		0,1%	22	-3,8			-17,3%	-100,0%	
CM Santa Cruz				85,30		0	0				100,0%	
SETOR PRIVADO	3 600,80	3 919,60	2 246,10	2 091,80	8,4%	318,8	-1673,5		8,9%	-42,7%	-6,9%	
DECAMERON	34,30	44,60	44,30	46,50	0,2%	10,3	-0,3		30,0%	-0,7%	5,0%	
ELEVO	200,00	68,00	65,60	45,70	0,2%	-132	-2,4		-66,0%	-3,5%	-30,3%	
TECNOVIA	86,90	173,10	155,20	-	0,6%	86,2	-17,9		99,2%	-10,3%	-100,0%	
EMPREITEL FIGUEIREDO	-	52,40	94,30	35,80	0,4%	52,4	41,9			80,0%	-62,0%	
KHYM NEGOCE	-	64,60	56,50	28,60	0,2%	64,6	-8,1			-12,5%	-49,4%	
CABOPLAST	-	64,70	61,40	37,60	0,2%	64,7	-3,3			-5,1%	-38,8%	
MORABI	-	-	-	80,00	0,0%	0	0				100,0%	
FCS	-	-	-	13,60	0,0%	0	0				100,0%	
Pro-Garante	3 279,60	3 452,20	1 768,80	1 268,30	6,6%	172,6	-1683,4		5,3%	-48,8%	-28,3%	
CV interilhas				516,1							100,0%	
SGL				15,30							100,0%	
CITI COOP				4,30							100,0%	

Fonte: Dados do ministério das Finanças. cálculos do CFP

ANEXO II: BENCHMARKING INTERNACIONAL – ESFORÇO FISCAL PONDERADO PELO PPP

País	PIB de 2024	PPP	Carga fiscal %PIB	Esforço Fiscal	Região/Pais	Esforço Fiscal
Milhões USD						
Senegal	32270	4496	19,54	43,46	Senegal	43,46
Maurícias	14950	27317	22,3	8,16	Maurícias	8,16
Ruanda	14250	3265	16,5	50,54	Ruanda	50,54
Gana	82830	7062	14	19,82	Gana	19,82
Guiné-Bissau	2120	2686	8,85	32,95	Guiné-Bissau	32,95
Comores	1550	3568	14,5	40,64	Comores	40,64
São Tomé	760	5480	13,9	25,36	São Tomé	25,36
Seicheles	2170	29242	27,2	9,30	Seicheles	9,30
Gâmbia	2510	3031	12,5	41,24	Gâmbia	41,24
Cabo Verde	2770	9908	18,3	18,47	Cabo Verde	18,47
Média África Subsariana					Média África Subsariana	16,50
Média Mundo					Média Mundo	18,46

Fonte: Cálculos do CFP. Dados da IA no *Trading Economics* para efeitos de comparação internacional¹¹

¹¹ <https://tradingeconomics.com/>